



CÉLIA BATISTA LIMA

Território quilombola e práticas pedagógicas em educação do campo na Serra do Ramalho -
Bahia

São Paulo - SP

2025

CÉLIA BATISTA LIMA

Território quilombola e práticas pedagógicas em educação do campo na Serra do Ramalho -
Bahia

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração desenvolvimento territorial linha de pesquisa Território, Educação e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Fábio Fernandes Villela

São Paulo – SP

2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Lima, Célia Batista.

L732 Território quilombola e práticas pedagógicas em educação do campo na Serra do Ramalho – Bahia / Célia Batista Lima. – São Paulo, 2025.

85 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Fábio Fernandes Villela.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2025.

1. Educação do campo – Ramalho, Serra do (BA). 2. Quilombolas – Ramalho, Serra do (BA). I. Título.

CDD 379.173

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta dissertação objetiva refletir sobre o território quilombola e as práticas pedagógicas em educação do campo na Serra do Ramalho (BA), a fim de problematizar como as práticas pedagógicas abordam, na práxis de seus sujeitos, os aspectos históricos e culturais do território, e reforçar a importância da valorização das experiências comunitárias e da educação enquanto instrumento de emancipação.

POTENTIAL IMPACT OF THIS INVESTIGATION

This dissertation aims to reflect on the quilombola territory and pedagogical practices in rural education in Serra do Ramalho (BA), seeking to problematize how pedagogical practices address, in the praxis of their subjects, the historical and cultural aspects of the territory, and to reinforce the importance of valuing community experiences and education as an instrument of emancipation.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta disertación tiene como objetivo reflexionar sobre el territorio quilombola y las prácticas pedagógicas en la educación rural en Serra do Ramalho (BA), con el fin de problematizar cómo las prácticas pedagógicas abordan, en la praxis de sus sujetos, los aspectos históricos y culturales del territorio, y reforzar la importancia de la valorización de las experiencias comunitarias y de la educación como instrumento de emancipación.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE CELIA BATISTA LIMA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 12 dias do mês de setembro do ano de 2025, às 10h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de CELIA BATISTA LIMA, intitulada: **TERRITÓRIO QUILOMBOLA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SERRA DO RAMALHO - BAHIA**, sob orientação do Prof. Dr. Fabio Fernandes Villela. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. FABIO FERNANDES VILLELA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Prof. Dr. VITOR MACHADO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Unesp - Faculdade de Ciências - Campus de Bauru, Profa. Dra. YAMILA GOLDFARB (Participação Virtual) do(a) . / Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADO**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora

Prof. Dr. FABIO FERNANDES VILLELA



Documento assinado digitalmente

FABIO FERNANDES VILLELA

Data: 11/11/2025 19:31:01-0300

Verifique em <https://validar.idf.gov.br>

AGRADECIMENTOS

O percurso do mestrado que envolveu o cumprimento dos créditos, a pesquisa de campo, a escrita e a defesa que exigiu dedicação e compromisso, mas também se constituiu como uma experiência coletiva. Ao longo dessa trajetória, contei com apoios fundamentais que tornaram possível a realização deste trabalho.

Sou grata ao meu orientador, Fábio Fernandes Villela, pela atenção, serenidade e disponibilidade constantes, pelas leituras indicadas e pelas contribuições decisivas ao desenvolvimento desta pesquisa, bem como por ter aceitado acompanhar todo esse percurso formativo.

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, Geni, pelo exemplo e apoio incondicional; aos meus irmãos e irmãs; à minha filha, Cibelle Lara; e ao meu esposo, Valdeci da Silva Araújo, pela paciência, compreensão e incentivo ao longo dessa caminhada.

Registro meu agradecimento aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação Territorial, às coordenações do curso, à Escola Florestan Fernandes e à sua equipe pedagógica, pelas contribuições acadêmicas e institucionais.

Aos moradores e moradoras da comunidade quilombola de Água Fria, em especial às pessoas que participaram das entrevistas e oficinas, deixo meu reconhecimento pela receptividade, generosidade e confiança. À Associação de Moradores de Água Fria, agradeço pela luta coletiva e pela coragem de seus membros, com destaque às mulheres, pela dedicação e pelo compromisso com projetos de transformação social.

À gestão da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, agradeço pela acolhida e pela disponibilidade para o diálogo. Ao secretário de Educação do Município de Serra do Ramalho, pelo apoio e pelas contribuições concedidas.

Aos amigos e amigas que me incentivaram ao longo do processo, aos moradores da Agrovila 11 e aos colegas de trabalho do Conselho Tutelar, agradeço o apoio, parceria e encorajamento nos momentos decisivos.

Por fim, agradeço à UNESP – Universidade Estadual Paulista, pela oportunidade de realizar este mestrado, e aos colegas da turma da pós-graduação, com quem compartilhei aprendizados, desafios e experiências marcantes ao longo deste período.

RESUMO

A presente dissertação busca refletir sobre o território quilombola e as práticas pedagógicas em educação do campo, na Serra do Ramalho (BA), a fim de problematizar como tais práticas da escola municipal do território abordam, em seu currículo e na práxis de seus sujeitos, os aspectos históricos e culturais. A partir dessa proposta geral, os objetivos específicos são: i) discutir os conceitos de quilombo e de comunidade quilombola, articulando-os ao território de Água Fria; ii) analisar as práticas desenvolvidas na escola quilombola; iii) identificar os principais desafios enfrentados pela comunidade; e iv) contribuir para o fortalecimento da identidade cultural e da educação do campo. Do ponto de vista metodológico, desenvolveu-se um estudo de caso em perspectiva qualitativa e quantitativa, o qual contou, como objeto de pesquisa, com informações de moradores da comunidade, estudantes e equipe de gestão da escola municipal Nossa Senhora de Fátima. Os constructos teóricos do estudo buscaram contribuir com o fortalecimento do pertencimento e do empoderamento do corpo docente, discente e de segmentos que se constituem como sujeitos do território pesquisado. Para caracterizar os sujeitos incluídos nesta pesquisa, realizou-se uma entrevista com moradores da comunidade, com a gestão escolar e com os estudantes do território. No desenvolvimento da pesquisa, refletiu-se sobre o conceito de quilombo, com base no diálogo entre os pesquisados e as teorias, bem como sobre o que é uma comunidade quilombola. Para caracterizar o território investigado, ponderou-se a história do município de Serra do Ramalho e descreveu-se a história do local, enfatizando a importância da educação (geral e escolar) quilombola. Nesse aspecto, buscou-se mostrar a educação do campo na comunidade quilombola desse município e a forma como ela está organizada.

Palavras-chave: história quilombola; território e cultura quilombola; quilombo; educação do campo.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss Quilombola Territory and Pedagogical Practices in Rural Education in Serra do Ramalho Bahia, problematizing how the Pedagogical Practices of the Municipal School of this Territory address, in its curriculum and in the praxis of its subjects, the Historical and Cultural aspects of the territory. From the point of view of the approach, I constructed a case study, from a qualitative and quantitative perspective. Using as research objects members of the internal community and also of the external community. The theoretical constructs of the study seek to contribute to the strengthening of belonging and the empowerment of the teaching staff, students and segments that constitute themselves as subjects of the researched territory. Characterizing all subjects included in this research in this sense, I interviewed three categories, with residents of the community, with school management and with students of the territory. In transcribing the research, we reflected on the concept of quilombo, with a dialogue between the research and the research subjects and with theories, also about what is a quilombola community? The characteristics of the researched territory, considering the history of the municipality of Serra do Ramalho, we continue describing the history of the researched territory, emphasizing the importance of quilombola education and quilombola school education. We highlight rural education in the quilombola community of this municipality, as well as how it is organized. How does rural education work in this school? We follow the methodology, its procedures, categories studied and the references mentioned in this research.

Keywords: Quilombola history, quilombola territory and culture, quilombo, and rural education.

RESUMEN

Esta tesis busca discutir el Territorio Quilombola y las Prácticas Pedagógicas en la Educación Rural en Serra do Ramalho Bahia. problematizar cómo las Prácticas Pedagógicas de la Escuela Municipal de este Territorio abordan, en su currículo y en la praxis de sus sujetos, los aspectos Históricos y Culturales del territorio. Desde el punto de vista del enfoque, construí un estudio de caso, desde una perspectiva cualitativa y cuantitativa. Utilizando miembros de la comunidad interna y también de la comunidad externa como objetos de investigación. Los constructos teóricos del estudio buscan contribuir al fortalecimiento de la pertenencia y empoderamiento del cuerpo docente, discente y segmentos que constituyen sujetos del territorio investigado. Para caracterizar a todos los sujetos incluidos en esta investigación en este sentido, entrevisté a tres categorías: habitantes de la comunidad, directivos de la escuela y estudiantes de la zona. Al transcribir la investigación, reflexionamos sobre el concepto de quilombo, con un diálogo entre la investigación y los investigadores y con teorías, también sobre ¿qué es una comunidad quilombola? Las características del territorio investigado, consideramos la historia del Municipio de Serra do Ramalho, continuamos describiendo la historia del territorio investigado, destacando la importancia de la educación quilombola y de la educación escolar quilombola. Destacamos la educación rural en la comunidad quilombola de este municipio, así como su organización. ¿Cómo funciona la educación rural en esta escuela? Seguimos la metodología, sus procedimientos, categorías estudiadas y las referencias mencionadas en esta investigación.

Palabras clave: Historia quilombola, territorio y cultura quilombola, quilombo y educación del campo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Infraestrutura da estrada que dá acesso a comunidade.....	25
Figura 2 - Mapa de Serra do Ramalho.....	27
Figura 3 - Imagens do Rio São Francisco Conhecido como Velho Chico.....	28
Figura 4 - Registro fotográfico da comunidade de Água Fria.....	31
Figura 5 - Trabalho coletivo de mutirão da associação de moradores da comunidade.....	37
Figura 6 - Imagens da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quais os maiores problemas da comunidade?.....	24
Tabela 2 - O que você conhece sobre a história da comunidade.....	34
Tabela 3 – Quais os maiores problemas da comunidade?.....	35
Tabela 4 – Quais organizações existem dentro da comunidade?.....	36
Tabela 5 – O que é educação quilombola?.....	39
Tabela 6 – Você acha que as leis que são elaboradas para os processos de ensino na comunidade são executadas?.....	39
Tabela 7 – Como é trabalhada a educação escolar quilombola?.....	40
Tabela 8 – Membros da comunidade que foram entrevistados.....	50
Tabela 9 – Idade dos membros das famílias entrevistadas.....	50
Tabela 10 – Escolaridade dos entrevistados nas famílias.....	51
Tabela 11 – Entrevista dos estudantes da comunidade.....	51
Tabela 12 – Funcionários da escola entrevistados.....	52
Tabela 13 – Gênero identificado.....	62
Tabela 14 – Idade.....	63
Tabela 15 – Escolaridade.....	63
Tabela 16 – Como você avalia a educação da sua comunidade?.....	64
Tabela 17 – A escola trabalha o conceito histórico da comunidade?.....	64
Tabela 18 – O que território?.....	65
Tabela 19 – Como se ensina geografia?.....	65
Tabela 20 – Como se ensina a educação escolar quilombola dentro da escola?.....	66
Tabela 21 – Como é a convivência entre escola, família e educando?.....	67
Tabela 22 – Você conhece a história de como iniciou o processo educativo da sua comunidade?.....	67
Tabela 23 – O que é quilombo?.....	68
Tabela 24 – Como você avalia o processo histórico da educação do seu território?.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPAESF	Central das Associações do Projeto Agroextrativista São Francisco
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETA	Movimento dos Trabalhadores Acampados Assentados e Quilombola
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRQ	Central Regional Quilombola
EJA	Alfabetização de Jovens e Adultos
INCRA	Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento Trabalhadores Sem Terra
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
TOPA	Programa Todos Pela Alfabetização

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contextualização educacional da autora	14
1.2	Proposta da pesquisa	16
1.3	Conceito: o que é quilombo?	20
1.4	O que é uma comunidade quilombola?	21
2	HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO	25
2.1	História da comunidade quilombola de Água Fria	30
2.2	O que é educação quilombola? E educação escolar quilombola?	36
2.3	Metodologia	42
2.4	Dados da comunidade pesquisada	48
2.5	Entrevistas com Profissionais da Escola Municipal N. Sra. de Fátima ...	50
2.6	Definição de categorias	51
3	EDUCAÇÃO QUILOMBOLA EM SERRA DO RAMALHO	61
3.1	Respostas dos entrevistados	62
3.2	Como se trabalha a educação do campo nessa escola?	71
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	XX

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização educacional da autora

Eu, Célia Batista Lima, tenho 38 anos de idade e uma filha de 6 anos. Nasci na pequena ilha José da Silva, localizada no estado da Bahia. Sou filha de uma lavradora, chamada Jeni Joaquina de Jesus, e de um pescador, lavrador e médium, chamado João Batista Lima. Vivi a minha infância com meus 12 irmãos, vivenciando a luta e a resistência dos meus pais pelo direito à terra e ao território.

O lugar onde resido está situado à margem esquerda do rio São Francisco, conhecido como Velho Chico. Trata-se de uma comunidade simples, mas os seus moradores são acolhedores e batalham pelo crescimento coletivo.

Na minha caminhada, em especial, na jornada educacional, o percurso não tem sido fácil. Na esfera escolar, meus primeiros estudos aconteceram em locais improvisados. Minha primeira escola, por exemplo, foi debaixo de um pé de manga, e minha professora, na época, chamada Maria de Fátima, havia estudado somente até a antiga 5ª série. Ela lecionava conforme tinha aprendido, mas suas aulas eram maravilhosas. Como diz o nosso patrono da educação, Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, só somos porque estamos sendo (Freire, 2002, p. 24).

Meus primeiros estudos seguiram em locais transitórios. Estudei em uma casa de farinha, continuei em uma casa coberta por capim, depois em uma casa de barro. Em 1998, foi construída uma pequena escola na comunidade que, naquele momento, já se registrava com o nome de Água Fria. Essa escola continha uma sala, dois banheiros, uma cozinha, uma biblioteca e uma secretaria. Nela, eu estudei o período do Ensino Fundamental I. As classes eram multisseriadas, composição que gerava inúmeros desafios, e, mesmo com a estrutura precária, havia boa vontade, principalmente, daqueles que faziam (e fazem até hoje!) a educação. Assim, com a parceria entre a escola e a comunidade, tudo foi se estruturando.

Cursei os anos finais do Ensino Fundamental em uma agrovila, a agrovila 22 do município. Tratava-se de um Ensino Fundamental II multisseriado, voltado para o acesso, a permanência e a conclusão do processo de escolarização. Em 2006, conclui o Ensino Médio, mas segui meus estudos cursando o antigo magistério na cidade de Bom Jesus da Lapa (BA) por 2 anos. Além disso, tive a oportunidade de cursar teologia leiga pela igreja católica, e de realizar um curso de jurista leigo pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), período em que aprofundei os estudos sobre as questões de luta e dos movimentos de base.

Em nível de graduação, cursei Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). O custeio das mensalidades do curso se deu com muita dificuldade, em decorrência de meu desemprego à época. Para isso, utilizei os recursos da bolsa do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), o qual consistiu em uma política pública com o intuito de atender um contingente da sociedade analfabeta para erradicar o analfabetismo e garantir a inclusão escolar. Após concluir o curso de Pedagogia, por estar sempre na luta no assentamento, tive a oportunidade de participar de um processo seletivo para ingressar na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). Fiz o curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Letras, Literatura e Artes e a opção de uma língua estrangeira, tendo escolhido o espanhol. A conclusão do curso aconteceu em 2017.

Durante minha formação no curso de Licenciatura em Educação do Campo, pude aprofundar meus conhecimentos teóricos sobre a teoria marxista, os pressupostos do educador Paulo Freire. Em particular, avalio que cada uma das teorias, respectivamente, contribuiu para a minha formação sociológica e educacional, na medida em que me possibilitaram entender: i) a filosofia revolucionária alemã, a criação da doutrina comunista e sua crítica ao capitalismo, bem como defesa do socialismo científico; ii) a pedagogia crítica, a refutação à educação bancária em defesa de uma educação dialógica e crítica.

Além desses pressupostos teóricos basilares, gostaria de mencionar outros dois pesquisadores fundamentais na minha formação, que foram: Roseli Salete Caldart, sobre a qual destaco, a partir de seus estudos, a experiência em temáticas ligadas ao movimento social do campo, à pedagogia do movimento e à educação do campo; Demerval Saviani, sobre o qual destaco a teoria da Curvatura da Vara e sua abordagem acerca da pedagogia tradicional e pedagogia nova.

As leis que amparam a educação brasileira, as quais norteiam e ajudam o ensino e o aprendizado do nosso país e dos nossos sujeitos também foram importantes na minha formação. Dentre elas, gostaria de destacar: a Constituição Federal de 1988, a Lei Áurea, a Lei do Ventre Livre, a Lei de Terras, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola, a Lei 10.639/2003, as Diretrizes Educacionais de Educação do Campo.

Já graduada, em 2018, dei continuidade em meus estudos, realizei uma pós-graduação em Educação do Campo, pelo Instituto Federal Baiano. Sempre me interessei muito por pesquisa e, no período da pós, investiguei o processo de ensino no território Água Fria, buscando entender e refletir sobre as possíveis estratégias para contribuição do ensino. Ao

apresentar o trabalho, a banca avaliadora incentivou-me a aprofundar a pesquisa e isso me encorajou a buscar aprofundamento do tema.

Portanto, dada toda a minha trajetória de formação escolar e acadêmica, vejo que a escola se tornou um espaço de contribuição e formação coletiva das organizações de base. Ela representa, hoje, um espaço formativo e politizador da comunidade, referência para todos os grupos de organização comunitária, enxergando em si um espaço de emancipação, como bem diz Paulo Freire.

Por fim, no interior do cenário em que me insiro, me vejo como educadora popular, mobilizo as bases e faço várias oficinas com crianças, jovens, adultos e idosos em várias comunidades, além de que tenho desenvolvido vários projetos de mobilização, para grupo de capoeira, incentivo à cultura local na escola bem com a leitura e escrita.

1.2 Proposta da pesquisa

Como pesquisadora e membro da comunidade, pretendi ampliar a pesquisa, a fim de revitalizar e promover a cultura local e regional. Tal ação é primordial para que abracemos e acolhamos, no campo educativo, as características históricas do território, seu modo de vida, saberes tradicionais na construção de uma pedagogia que valorize e exalte os saberes locais.

Assim, nesta pesquisa, pretendi, de modo amplo, refletir sobre o território quilombola e as práticas pedagógicas em educação do campo na Serra do Ramalho (BA), a fim de problematizar de que modo a escola e os sujeitos do território articulam aspectos históricos, culturais e pedagógicos. De modo específicos, busquei: 1) discutir o conceito de quilombo e comunidade quilombola, articulando-o ao território de Água Fria; ii) analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola quilombola; iii) identificar os principais desafios enfrentado pela comunidade; e iv) contribuir para o fortalecimento da identidade cultural e da Educação do Campo. Para desenvolver os objetivos, realizei um estudo de caso, baseado em entrevistas, observações, análise documental e coleta de dados primários, com os moradores, os estudantes e a gestão escolar da comunidade.

Dentre as noções fundamentais a esta pesquisa, destaco a de território. Nessa reflexão, compreendo que o território, no qual estou inserida, sempre foi um espaço de disputa, de conflito, de luta, de ancestralidade, de resistência, de pertencimento, de cultura, de riqueza, de empoderamento, de moradia, de criar, de pescar, de dançar, de brincar, de plantar, de cuidar, de história, de identidade, de identificação, de fortaleza, de arte, de criação, de estudo, pois tive de lutar desde pequena para conquistar o meu território.

Minha história nesse território se marca, em primeiro lugar, pela luta considerando o território de existir. Isso se mostra no fato de meus pais terem sido obrigados a sair várias vezes do seu lar mesmo humilde, em razão de perseguições de poder. Mesmo antes do meu nascimento, meus pais quando moravam na margem do rio São Francisco, em Angical, situado no município de Bom Jesus da Lapa, no Rio das Rãs, tiveram que deixar o local sem nenhum direito após conflitos grandes dos moradores com o fazendeiro, proprietário do local.

Minha mãe afirma que os sujeitos do território não tinham liberdade nenhuma. Todos trabalhavam sem receber remuneração, com direito apenas de morar em uma pequena casa de taipa. Na década de 1960, minha família foi acolhida na ilha onde vim a nascer anos depois, a ilha José da Silva. Por volta de 1973, meus pais tiveram que sair da ilha decorrente de um projeto de PEC, ou seja, meus familiares foram novamente vítimas de um Estado que condena sem direito ao povo. Para sair da ilha, nessa época, meus pais e outros moradores receberam uma pequena casa, em um lote rural de 20 hectares, mas nenhuma família conseguiu condições e estrutura para permanecer no local e acabaram retornando à ilha José da Silva. Desde então, todos os residentes passaram a lutar coletivamente pelo direito ao território. Com a intensa luta, a comunidade conseguiu estruturar o assentamento agroextrativista no ano 1995. Foi necessário sair da margem do rio para morar a um quilômetro de distância, na comunidade registrada como Água Fria.

Nesse cenário de luta por território é que escolhi refletir sobre a realidade educacional, marcada pela fragilidade e incipiência de políticas públicas de valorização do campo. O cenário político contribuiu, historicamente, para o sucateamento das escolas. Por exemplo, como já relatado anteriormente, na minha trajetória de estudo básico, não tenho lembranças de ter frequentado turmas regulares, mas sempre turmas multisseriadas, pela dificuldade de conseguir educadores, bem como por intempéries estruturais, como falta de espaço para a escola, ausência de livros didáticos e de profissionais que formassem a gestão escolar. Durante o meu Ensino Fundamental, o professor era responsável por ministrar todas as funções: merendeira, secretário, vigilante, diretor. No entanto, a precariedade na estrutura jamais permitiu que a comunidade ficasse sem escola, de modo que foram sendo criados espaços escolares alternativos, como embaixo de árvores, casa de farinha, casa de taipa etc.

Esta pesquisa colaborou também para lutarmos pela construção de estratégias e metodologias de ampliação do conhecimento dos sujeitos do território de origem. Foi uma reflexão, considerando os marcos legais e regulatórios e as diretrizes que orientam a organização do ensino do campo em território quilombola. Assim, pensou-se em estratégias de mobilização dos sujeitos e da comunidade para a construção de novos caminhos. Por ser

especializada em cursos direcionados à educação, formadora social de atividades populares e informais, vejo que esta pesquisa foi um meio de contribuir na construção de um saber diversificado, por meio da escuta e do respeito ao conhecimento dos sujeitos inseridos no território.

Para a proposta desta pesquisa, a formação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), segundo o seu modo de pensar a educação para além de práticas teóricas, foi de grande relevância, pois nos ensinou a ter uma visão ampliada de respeito humano. A intenção pedagógica da escola tem como base uma teoria centrada em fatos e gestos reais de pessoas que viu e vê na luta uma forma pedagógica de se fazer educação, conceituando a luta como uma ferramenta primordial na formação humana. A organização da escola também nos trouxe exemplos claros de como multiplicar as formas de ensino nos ambientes onde estamos inseridos, nas nossas organizações.

Um aspecto a se destacar nas práticas da ENFF é o da mística de início das aulas. Trata-se de uma forma riquíssima de formação humana, pois nos inspira, nos fortalece, nos ensina, nos faz pensar, nos emociona, nos faz capaz. O momento da mística é único e toda a instituição de ensino deveria tê-la como prática. A dimensão formativa da ENFF, vivida pelos militantes, tem o intuito de multiplicar e produzir dimensões que estão intercaladas e fundam o método didático educativo.

Nessa formação, o estudo de relações constrói a realidade com a teoria, visando ações de mudanças da realidade social e humana. Nesse aspecto, o voluntário atua para o bom exercício da escola, ao sentir-se parte do trabalho desenvolvido pelo outro, compondo uma gestão coletiva em parceria com os demais sujeitos que fazem parte da instituição. A organização é um exemplo de luta do movimento, pois expande o nosso consciente em núcleos, coordenações, direção, com fatos e ações de organização, permeando, assim, a arte, a cultura, os valores humanistas socialistas.

A formação da turma no Territorial visa inserir identidades diversas, fortalecendo não só o curso e a luta em vários quesitos, pois possibilita amplificar a importância da formação. As experiências de realidades alargam e ampliam a luta coletiva em nível estadual e nacional, visto que, com a inserção de estrangeiros, ou seja, com a presença de sujeitos de outros países no curso, fortalece-se a luta de forma a contribuir para a pesquisa a qual está sendo desenvolvida.

As reflexões teóricas feitas no curso sobre a idealização das universidades nos territórios tradicionais, notadamente, contribuem para a população, seja ela quilombola ou não, para os movimentos sociais, para a superação desde os anos 1980 da ditadura militar, e para os

sindicatos, que vêm dando uma nova visão para as práticas educacionais. Outras reflexões feitas são a respeito do debate da questão agrária, da pedagogia russa, pedagogia socialista que valoriza a coletividade. Um exemplo dessa pedagogia encontra-se nas organizações de bases comunitárias, bem como em grupo de mobilizações, associações, o qual luta e faz a luta em defesa de resultados coletivos, da organização e do trabalho.

O método utilizado para ministrar as aulas, que foi o de interação com a turma, foi abrindo um elo para enriquecer mais o tema de pesquisa. O debate sobre o conceito de território foi de fundamental importância, pois trouxe embasamento para fazer uma reflexão a partir das respostas obtidas nas entrevistas da pesquisa. Assim, a compreensão e a reflexão sobre as palavras território e espaço contribuíram e enriqueceram este trabalho, pois a comunidade da qual faço parte se utiliza, com muita frequência, da palavra “lugar”, como sendo definição de território. Na minha condição de pesquisadora, a palavra território é recente. Avalio que ela é utilizada mais por uma questão política, como, por exemplo, em menções à demarcação dos territórios. Para esta pesquisa, a noção de território foi importante como forma de situar o lugar onde nossos ancestrais tiveram acesso, denominado como território quilombola. Segundo Santos (1986, p. 22), uma das lutas maiores de uma comunidade é a aquela pelo território

Território pode ser visto como uma materialidade (configuração territorial) cuja apreensão por meio dos sentidos caracteriza-o como paisagem. Como uma forma política e econômica a caracterizar o espaço, categoria, objeto e totalidade social, o território contém subespaços que seriam as regiões.

Nesta pesquisa, como será visto mais adiante, os entrevistados compreendem a palavra *território* como espaço de luta, de poder e de lugar. Essa compreensão se deu com base na interpretação de teorias trabalhadas, em particular, no campo da Geografia Crítica. A partir desse lugar de reflexão, compreendi, por exemplo, que o espaço é produto da história. Desse modo, os conceitos de espaço, território, paisagem, região e lugar foram mais bem compreendidos nesta pesquisa à luz dos preceitos geográficos.

Vemos que é fundamental estabelecer um diálogo entre nosso objeto de pesquisa e os aspectos teórico-metodológicos, pois essa articulação permite que: i) se construam novos conceitos de realidade, os quais se tornam ferramentas importantes para a sociedade; ii) se amplie o conhecimento; e iii) se expanda o desenvolvimento de todos os envolvidos direta ou indiretamente. Nesse diálogo, é importante compreendermos que cada palavra é um conceito e, nesse aspecto, ela ganha um sentido particular no contexto que em se insere, como as noções de movimentos sociais, construção de relação, ações coletivas, socialização política, conceito socioespacial com referências, por exemplo. Todos são conceitos importantes de serem

compreendidos com base no diálogo teórico. Assim, para esta pesquisa, refletir sobre o que é território e conceitos implicados como marco temporal ou espaço como mediação é um exercício que permite estabelecer novos modos de socialização e compreensão da realidade, com base em um diálogo formal que contribui para a construção e a circulação do conhecimento na comunidade.

A seguir, dando seguimento ao desenvolvimento desta pesquisa, abordo a metodologia do estudo de caso e, na sequência, trago uma reflexão sobre o conceito de quilombo, buscando estabelecer um diálogo entre os sujeitos da pesquisa e as teorias que fundamentam este estudo. Reflito, na sequência, sobre as características de uma comunidade quilombola e apresento as especificidades do território aqui investigado, buscando destacar os aspectos históricos do município de Serra do Ramalho e a trajetória do território da comunidade quilombola analisada, com especial atenção à importância da educação na comunidade quilombola, de modo amplo, e da educação escolar quilombola, de modo específico.

1.3 Conceito o que é Quilombo?

Sabemos que há anos o termo *quilombo* vem sendo bastante discutido. Um ponto que justifica essa tradicional discussão é o fato de que, desde o período colonial, a palavra quilombo foi utilizada para caracterizar habitações compostas por negros homiziados, mesmo quando não havia construções fixas num determinado local.

Os quilombos também se definem como comunidades formadas por africanos escravizados e por seus descendentes. Eram comunidades formadas por pessoas escravizadas que fugiam da escravidão, buscando ter uma vida de liberdade. Pesquisas mostram que, além dos negros, os quilombos abrigavam indígenas e brancos livres. De acordo com Curto (2005 p. 67-68), “entre os casos relativos às terras africanas sobre as quais existe alguma literatura, o de Angola mostra claramente que a resistência à escravidão, especialmente a fuga, possui um passado tão longo quanto agudo”.

Considerando os sujeitos da nossa pesquisa, alguns estudantes quilombolas da escola pesquisada compreendem o conceito de quilombo como: i) para o estudante 2, quilombo é uma comunidade; ii) para o estudante 3, o quilombo é o lugar de moradia; iii) para o estudante 4, o mesmo conceito é compreendido como território quilombola, onde todos os residentes devem ter seus direitos garantidos; por fim, iv) para o estudante 5, embora esse não tenha conseguido explicitar seu entendimento do conceito com clareza, considera que quilombo é um lugar de sofrimento, como assim havia visto retratado em um filme.

Percebe-se que há, nas três primeiras falas, concepções diferentes sobre o que é *quilombo*. Mesmo esses três entrevistados sendo pertencentes ao mesmo território, noto que há uma análise diferente do conceito. É fundamental entender que o processo histórico sobre essa questão não deve ser resumido em lutas rasas, pois os conhecimentos historicamente acumulados indicam que ela se pauta em fundamentos sólidos. A construção da noção de quilombo surgiu, considerando localidades de interesse desta pesquisa, nas Américas, em especial nos locais banhados pelo Atlântico.

O termo quilombo deriva da palavra *Kilombo* da língua Umbundo do tronco linguístico banto. Internacionalmente, a formação de quilombos partiu da dinâmica social de comunidades africanas, como a de jovens guerreiros(as) Umbundo e de imbangala. Nacionalmente, o primeiro quilombo registrado refere-se ao Quilombo dos Palmares, em 1597, ainda que teóricos afirmem a existência de quilombos anteriores a essa data. De toda forma, o fato é que o Quilombo dos Palmares se desenvolveu sendo inspiração para outros quilombos, resistindo, por séculos, aos ataques de colonizadores portugueses. Palmares estava localizado na Serra da Barriga, na antiga capitania de Pernambuco. Considerando dados mais recentes, pesquisas apontam que, no Brasil, há, pelo menos, 5.972 localidades quilombola, distribuídas em 1.672 municípios do país, representando o dobro das localidades indígenas. No Brasil, a população quilombola está estimada em 1.330.186 pessoas, número que corresponde a 0,65% do total de habitantes.

No município de Serra do Ramalho, existem, aproximadamente, 3 comunidades quilombolas, com as seguintes denominações e distâncias em relação ao município sede: *Barreiro Grande*, que está localizada a 38 km; *Pambu*, que está estabelecida a mais de 35 km; e *Água Fria*, que está situada a 23 km, na margem esquerda do rio São Francisco e que corresponde à comunidade na qual desenvolvemos a presente pesquisa.

1.4 O que é uma comunidade quilombola?

Como já apresentado, o termo *quilombola* faz referência à grupos constituídos por pessoas que, historicamente, tiveram seus direitos retirados para serem submetidos a um regime escravocrata. Em 1888, foi promulgada a Lei Áurea, a qual marcou o fim da escravidão em território nacional. Apesar da abolição formal, sabemos que, ainda na atualidade, o povo sofre pela discriminação e pela negação de políticas públicas voltadas à inclusão social desse povo.

No momento presente, existem comunidades quilombolas em todo o país, as quais resistem quanto a sua ancestralidade, cultura, questões sociais e educacionais. No entanto,

estamos conscientes das condições vulneráveis a que essas comunidades estão expostas, uma vez que elas seguem sendo vítimas do processo desumano, o qual lhes negam direitos essenciais já garantidos constitucionalmente, como pode ser ilustrado pelo caso da demarcação de seus territórios. A esse respeito, poucas comunidades têm a titulação oficial das terras, enquanto a maioria delas dispõe somente do autorreconhecimento e aguarda o cumprimento, por parte do Estado, do artigo 68 da Constituição Federal, o qual prevê: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Assim, a titulação do território ainda é um sonho para muitas comunidades quilombolas, que continuam lutando pelos seus direitos e resistindo ao descaso sofrido, assim como acontece na comunidade pesquisada neste trabalho. As comunidades nutrem o desejo não só pelo direito constitucional ao território, mas também pela atribuição de um poder político e sociológico, que reforcem sua autonomia na condição de comunidade. Nesse cenário, muitos quilombos vêm discutindo o próprio conceito de comunidade quilombola. Segundo Santos (2015, p. 73),

No quilombo, contamos histórias na boca da noite, na lua cheia, ao redor da fogueira. As histórias são contadas de modo prazeroso e por todos. Na cidade grande, contudo, só tem valor o que vira mercadoria. Lá não se contam histórias, apenas se escreve: escrever histórias é uma profissão. Nós contamos histórias sem cobrar nada de ninguém, o fazemos para fortalecer a nossa trajetória. E não contamos apenas as histórias dos seres humanos, contamos também histórias de bichos: macacos, onças e pássaros.

Santos (2015) apresenta uma reflexão da sua vida experienciada em duas esferas distintas: a da liberdade vivida no quilombo e a da vida corrida e exigente da cidade. Porém, o que se observa é a realidade das duas esferas se igualando, visto que muitos que se deslocam para a cidade carregam características de sua origem, levando a perceber que as diferenças estão acabando. O autor menciona um dos aspectos históricos que se refere ao fato de que muitos saem do seu território, mas não perdem a sua identidade. Em alguns casos, no entanto, eles são atraídos pelo sonho passageiro do capitalismo, centrado no ter o material em detrimento do ser. Infelizmente, esse ser está enredado por uma escravidão composta por um sonho de ambição que, às vezes, poderá levá-lo à perda do seu pertencimento.

Nascimento (1985, p. 43) aborda a resistência cultural do quilombo no Brasil. Segundo a autora,

A primeira referência a quilombo que surge em documento oficial português data de 1559, mas somente 1740, em 2 de dezembro, assustados frente ao reconhecimento dos núcleos de população negra livres do domínio colonial, depois das guerras no século XVII, as autoridades portuguesas definem, ao

seu modo, o que significa quilombo: toda habitação de negros fugidos que passem de cinco em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.

Percebe-se que tanto a temática dos quilombos vem sendo debatida há séculos quanto o número de territórios tem se expandido. Entretanto, como destacado anteriormente, a realidade desses territórios ainda necessita de reparos políticos, visto que ela permanece à mercê do descaso do sistema político do país, em especial, no que tange à legalização dos territórios, ou seja, à demarcação territorial. Para os moradores da comunidade quilombola analisada, o conceito de território está alinhado à sua realidade. Uma das moradoras entrevistadas, moradora 3, relatou que os maiores problemas dentro do quilombo continuam sendo a invasão nas terras e os conflitos dentro do território.

Nas demais entrevistas, os moradores citam outros desafios enfrentados pela comunidade quilombola que retratam a sua realidade, a qual é, em muitos momentos, marcada pela ausência de direitos previstos em lei, como o acesso à água potável. A esse respeito, o entrevistado 4 relata que “problemas temos vários. Os piores são a água potável, as estradas e a saúde. Nós temos de sair da comunidade para atendimento médico em outra localidade”. Na mesma direção, o entrevistado 15 menciona: “falta de infraestrutura das estradas, posto de saúde, água tratada, falta de espaço para lazer, invasão territorial, conflitos dos próprios moradores”.

Vejamos, na Tabela 1, a contabilização dos problemas apontados pelos moradores:

Tabela 1 - Quais os maiores problemas da comunidade?

Descrição	Quantidade
Desunião de moradores	03
Desmarcação de Território	02
Alcoolismo	04
Estradas	15
Saúde	10
Animais solto	05
Água potável	06
Não respondeu	01
Total	46

Fonte: elaboração própria

Em geral, os depoimentos e apontamentos evidenciam que, apesar dos direitos previstos legalmente, as comunidades quilombolas ainda enfrentam precariedade na infraestrutura, na

assistência à saúde e na garantia de recursos básicos. Em relação aos problemas de infraestrutura das estradas, considerando o fato de a comunidade estar localizada a, aproximadamente, 25 km do município de Serra do Ramalho, as péssimas condições da estrada, principalmente em épocas chuvosas (ver Figura 1), faz com que muitos moradores da comunidade não consigam ter acesso à sede do município, pois, em decorrência das condições precárias, a estrutura da estrada não suporta o tráfego de veículos.

Figura 1 - Infraestrutura da estrada que dá acesso à comunidade



Fonte: registro próprio

A saúde da comunidade, segundo o nosso levantamento, está fragilizada. Os moradores enfrentam muitas dificuldades de acesso aos serviços básicos, já que há posto para atendimento médico no quilombo. Devido a essa ausência, para receber atendimento, as famílias precisam se deslocar até o município sede (Serra do Ramalho) ou até a comunidade de Campinhos. No que diz respeito ao emprego, muitos moradores não têm emprego remunerado, fazendo com que busquem trabalho em localidades distantes. Tendo em vista essa condição empregatícia, muitas crianças são obrigadas a desistirem dos estudos, para também irem em busca de empregos que tragam às famílias condições de sobrevivência.

Apesar de a escola ser um ponto de referência na comunidade, ainda há certa vulnerabilidade em relação à estrutura, à formação específica e ao quadro efetivos de profissionais. Atualmente, a escola conta apenas com uma funcionária efetiva. No que se refere

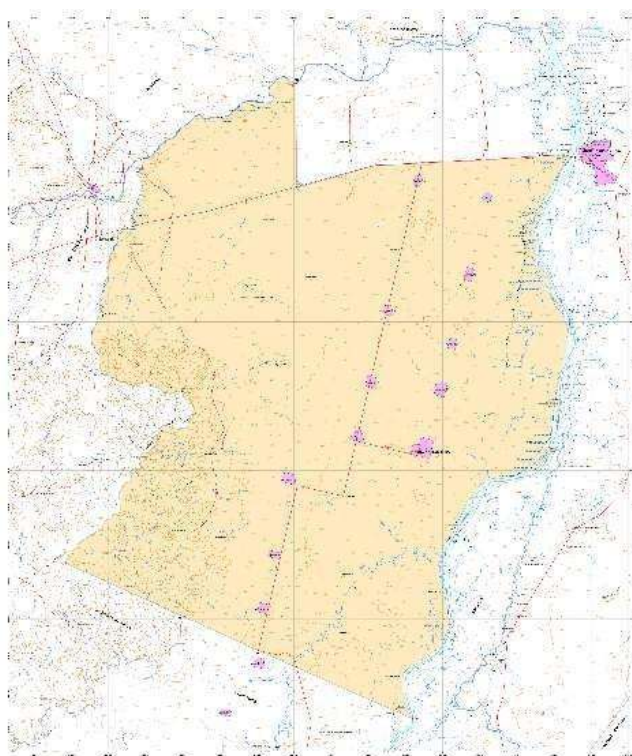
ao esporte, falta estrutura, principalmente às crianças e aos adolescentes e jovens, que, muitas vezes, não dispõem nem de condições, nem de equipamentos específicos para as práticas esportivas. Referente à cultura, mesmo sendo uma comunidade tradicional, há falta de incentivo às expressões culturais de base. Os eventos culturais ocorrem, sobretudo, em datas comemorativas, mas não há apoio comunitário para a participação dos moradores.¹

¹As entrevistas citadas no texto, bem como os resultados sistematizados numericamente pretendem ser aprofundados em trabalhos futuros, com base no diálogo com resoluções e leis, como a Lei 10.639/2003, e com o estudo de Nascimento, intitulado “Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra”.

2 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO

O município de Serra do Ramalho está situado na região oeste do estado da Bahia, a, aproximadamente, 819,5 km de distância da capital baiana. O município está situado entre o Rio São Francisco e a serra que lhe dá nome, integrando a microrregião do Médio São Francisco. Serra do Ramalho limita-se ao norte com o município de Bom Jesus da Lapa; ao sul, com o município de São Desiderio e Correntina; a Leste, com o município de Paratinga e, por fim, a oeste, com o imenso reservatório da represa de Sobradinho, formado pelo rio São Francisco.

Figura 2 - Mapa de Serra do Ramalho



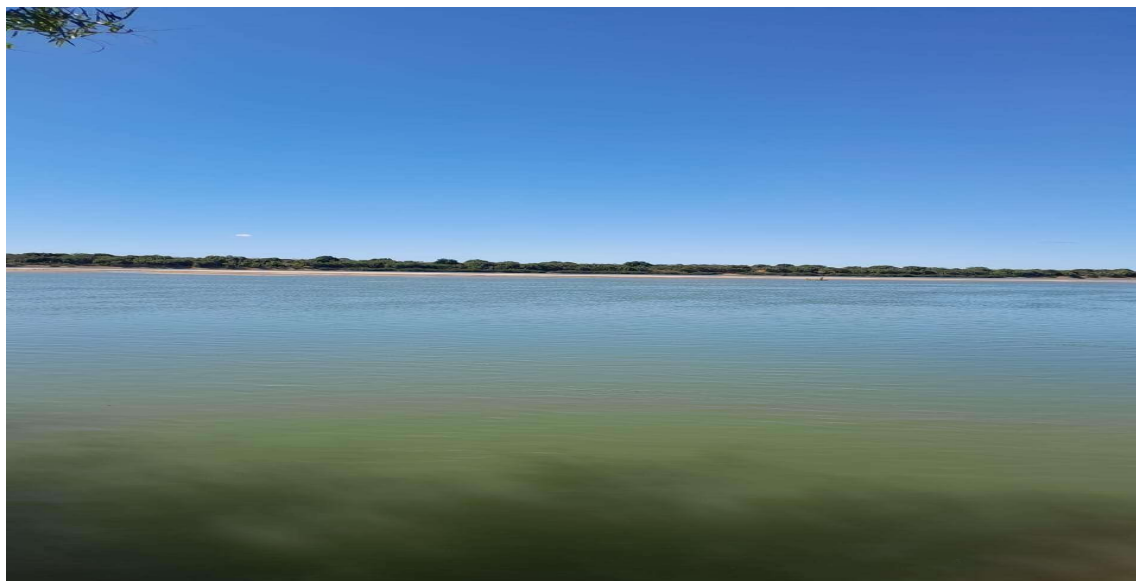
Fonte: <https://ftp.sei.ba.gov.br/>

O município está inserido no Território de Identidade Velho Chico, uma área cujo nome reverência o majestoso rio São Francisco, elo vital que atravessa essa região e dá vida às suas paisagens e comunidades. Essa designação não apenas homenageia o lendário rio, mas também ressalta a riqueza cultural e histórica presente na Bahia. A alusão ao rio São Francisco extrapola o aspecto geográfico. É um tributo à herança cultural e à importância arqueológica da região. As suas margens guardam segredos ancestrais, testemunhando civilizações passadas e abrigando vestígios arqueológicos que revelam uma rica história do local.

Além disso, as tradições, festividades e manifestações culturais das comunidades locais refletem a profunda influência do rio em suas vidas e identidades. A diversidade cultural

presente no Território de Identidade Velho Chico, da qual Serra do Ramalho faz parte, é um mosaico de costumes, crenças e saberes que se entrelaçam, formando um patrimônio único e enriquecedor para a Bahia. Essa região é um testemunho vivo da importância do rio São Francisco, enquanto um símbolo de identidade e uma fonte de inspiração para o povo e para a história do estado baiano. A seguir, a Figura 3 apresenta o rio São Francisco.

Figura 3 - Imagens do Rio São Francisco conhecido como Velho Chico



Fonte: Registro próprio

Serra do Ramalho se destaca como um município abundante em diversidade e com notável potencial de crescimento. Inicialmente, a região foi explorada pelos bandeirantes e, posteriormente, foi marcada pelas atividades de pecuária e mineração. Segundo informações do IBGE, em 1973, o governo federal declarou a área do Médio São Francisco como prioritária para desapropriação, tendo em vista a construção da represa de Sobradinho e a necessidade de realocar os habitantes afetados pela obra. O processo de estabelecimento do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC SR) foi iniciado em 13 de maio de 1975, durante o governo do presidente Ernesto Geisel, com a coordenação do presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva.

O principal objetivo do Projeto Especial de Colonização (PEC) consistiu em abrigar as famílias deslocadas em decorrência da construção da barragem de Sobradinho. Essas famílias eram das cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado e Sobradinho. O projeto de Serra do Ramalho foi organizado de forma a compreender um sistema de 23 agrovilas, configurando-se como o último projeto de colonização realizado na Bahia. Segundo Estrela (2010, p. 21), “O anúncio da construção da Represa de Sobradinho, em princípios de 1970, significou para muitos sertanejos a possibilidade de confirmação da profecia de Antônio Conselheiro: ‘o sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão’”.

Assim foi se formando o município de Serra do Ramalho. Os primeiros habitantes foram os povos ribeirinhos, sendo notável a presença significativa de descendentes de quilombolas entre eles (cf. Rolim, 2021). Como já apresentado anteriormente, atualmente, o município abriga três quilombos oficialmente reconhecidos: Quilombo da Água Fria, Barreiro Grande e

Pambu Araçá. Logo após a implantação do PEC/SR, o INCRA correu contra o tempo para organizar as áreas de infraestrutura e outras áreas afins, visando atender às necessidades dos assentados. A administração teve início na Agrovila 3, mobilizando profissionais de diversas áreas para acompanhar os recém-chegados. Entre os profissionais, podemos destacar: médicos, odontólogos, engenheiros agrônomos e civis, assistentes sociais, mecânicos, motoristas, professores, uma cooperativa de insumos agrícolas, armazéns da COBAL, entre outros.

Na época da criação do PEC, Serra do Ramalho era administrada pela prefeitura de Bom Jesus da Lapa, durante a gestão do prefeito André Noronha. Nos 19 anos de administração do INCRA, tivemos nove executores, em que alguns foram por indicação política e outros servidores do INCRA. Na lista de executores, encontram-se: Boileau Dantas, Dr. Eurisvaldo Ferreira, João Mangabeira, Derly José Bordin, José Raimundo Marques, Benedito João de Sá, Domingos Savio de Oliveira, Edijimal Menezes e João Oliveira.

Antes de sua autonomia política, a região que hoje corresponde a Serra do Ramalho fazia parte do território de Bom Jesus da Lapa, um município vizinho. Levado por motivações políticas de algumas figuras proeminentes, Serra do Ramalho se tornou um município em 13 de junho de 1989, estabelecendo a agrovila 9 como seu núcleo administrativo e sede do governo municipal. Após a emancipação de Serra do Ramalho, o INCRA permaneceu até 1994, mantendo uma administração paralela para realizar o trabalho documental necessário antes de realizar a doação das áreas para a prefeitura.

A história do Município de Serra do Ramalho é um marco histórico no Brasil, especialmente na Bahia. Em primeiro lugar, porque já existia uma população, ou seja, identidades que tiveram seus direitos de sobrevivência negados, pois eram submissos a viver de forma excludente, já que essas terras foram ocupadas por grandes fazendeiros, que utilizavam o município todo para criação, deixando, para os sujeitos tradicionais, lugares espremidos, como é o caso das comunidades situadas à margem do rio São Francisco.

A população vivia apenas em pequenos espaços na margem do rio, trabalhava sem direito à remuneração, apenas para ganhar o sustento. Esses fatos históricos refletiram-se em diálogos em rodas de conversas com pessoas mais velhas da comunidade. A propriedade da terra era concentrada em poucas mãos. Outro aspecto importante é a transportação de embarcações no rio, que transportavam pessoas, animais, alimentos etc.

Muitos moradores trabalhavam em grandes navios, desempenhando trabalhos pesados. Permaneciam pouco tempo em suas residências ao passarem muito tempo embarcados. As compras eram feitas nos próprios navios, que atracavam em portos próximos. Os moradores, na maioria das vezes, não dispunham de condições para comprar os produtos disponibilizados.

Com o estabelecimento do assentamento de Serra do Ramalho, houve resistência da população local. Ainda em 2025, comenta-se sobre famílias que foram retiradas da área sem quaisquer direitos e que recorreram à justiça com o intuito de receberem uma compensação pela desocupação de suas terras.

Também há relatos de outros moradores que contam sobre a forma em que foram retirados de suas casas. Ainda que as residências fossem construções simples, como casas de pau a pique, a desapropriação foi um processo desrespeitoso, já que não houve consulta ou a possibilidade de decisão quanto à permanência no território. As famílias foram deslocadas para áreas de caatinga, sem acesso à água, depois de terem sido obrigadas a sair das margens do rio, abandonando a sua cultura, o seu modo de sobrevivência e o seu pertencimento. O processo forçado de retirada durou pouco tempo, pois a maioria dos moradores não se adaptou às condições de vida do novo local de residência. Sendo assim, muitos retornaram às comunidades de origem, mesmo tendo sido ofertados lotes e residências para moradia.

Durante esse processo, pouco ficou registrado na história os casos de moradores que, ao serem retirados da sua terra, sofreram fortes abalos emocionais e, em alguns casos, chegaram a falecer. Mesmo eles tendo permanecido no mesmo município, uma parte voltou para as margens do rio e a outra retornou para a serra, locais onde residem até hoje. Essa resistência obrigou, em alguma medida, o Estado a rever a forma desumana com que tratou a população originária da terra. De acordo com pesquisas que realizaram a leitura de documentos comunitários do território investigado, houve, posteriormente, a realização de um acordo feito para a utilização da área, o que resultou na concessão real entregue às lideranças comunitárias.

Tal documento apresenta as normativas para a habitação do espaço. Contudo, mesmo tendo transcorrido muitos anos, muitos problemas persistem. Atualmente, Serra do Ramalho tem mais de 36 mil habitantes, considerando os últimos dados do IBGE sobre a estimativa de 34.222 habitantes, no ano de 2022. A sede administrativa do município localiza-se na Agrovila 9, onde estão concentrados o comércio, os órgãos públicos e os serviços de segurança pública ofertados à população.

A região está situada no bioma do Cerrado e apresenta condições ambientais e culturais específicas, conferindo ao município grande riqueza sociocultural. Porém, como abordamos anteriormente, a região convive com grandes problemas relacionados à permanência dos moradores no território, especialmente, no que diz respeito à falta de oportunidades de trabalho que garantam condições dignas de sobrevivência. Por essa razão, a maior parte da população sobrevive da agricultura familiar e de benefícios sociais. Além disso, a concentração fundiária

de terra permanece como um problema histórico, pois grandes latifundiários invadem reservas, compram lotes e continuam, aos poucos, ocupando os territórios em disputa.

2.1 História da comunidade quilombola de Água Fria

A comunidade quilombola de Água Fria constitui um território cuja existência estimada é de, aproximadamente, 100 anos. Está situada na margem esquerda do rio São Francisco, a cerca de 1 km do leito principal. Na atualidade, 100 famílias residem na comunidade, com uma população aproximada de 500 pessoas. A Figura 4, a seguir, exhibe a comunidade.

Figura 4 - Registro fotográfico da comunidade de Água Fria



Fonte: Registro próprio

A comunidade teve início há, mais ou menos, 100 anos, em uma área denominada Ilha José da Silva. Por se tratar de relatos de moradores, a história de fundação da comunidade carece de estudos aprofundados. José da Silva teria sido o primeiro morador do território, tendo se instalado no espaço e iniciado o cultivo de várias lavouras para a sua subsistência. Conforme a ilha foi crescendo, foi tornando-se um espaço de fartura e de refúgio àqueles que, ao expulsos por fazendeiros da região de Rio das Rãs, como o senhor Carlos Bonfim, encontravam abrigo na ilha.

Assim, a ilha começou a ser povoada por pessoas de vários lugares que encontravam, naquele território, além da liberdade, oportunidades de sobrevivência, pois podiam plantar e criar animais de pequeno porte, como galinha e porco. Moradores mais antigos relatam que, naquele período, havia muita fartura: os peixes eram maiores e a vida era muito mais feliz.

Nas entrevistas realizadas, o morador identificado como nº 07 relatou que, embora vivessem na Ilha, a permanência naquele espaço não era totalmente favorável. Segundo ele, *“nós morávamos na ilha e não era muito bom, porque todo ano tínhamos que mudar, perdendo nossos pertences; alguns caíam dentro da água no período da cheia do rio”*

Nas entrevistas realizadas, o morador identificado com o número 7 contou-nos: “nós morávamos na Ilha e não eram muito bom, por que todo ano tínhamos de mudar, perdendo nossos pertences alguns caindo dentro da água em tempo da cheia do rio” Já segundo o relato da moradora número 27: “antes quase não tinha moradores, após veio um morador chamado Gabriel, depois eu conheci uma casa de farinha, que rodava puxando, com tempo não ficou ninguém, o rio enchia o povo que morava na Ilha José da Silva, vinham morar aqui, nessa época morava meu compadre Edson, depois veio outros moradores, quando chegamos aqui na comunidade de Água Fria, não havia quase nada, compadre Edson fez o campo de futebol, criou a associação de moradores, junto com meu esposo João”

Como podemos perceber, a moradora faz referência tanto à ilha mencionada pelo entrevistado 7 quanto ao território atual, ou seja, o quilombo Água Fria. As falas dos moradores registram o sofrimento do lugar, mas também por resistência e sentimento de pertencimento. A entrevistada número 28 afirma que “é uma comunidade de gente tradicional com raízes, costumes e cultura”. Já a entrevistada número 29 afirma: “Quando passei a morar aqui em Água Fria em 1993, morávamos em uma casa de taipa, não tinha água encanada, carregávamos a água as vezes em latas na cabaça da lagoa e do rio, nessa época não tínhamos energia, usávamos o candieiro, a comunidade era cheia de fartura, plantávamos mandioca, fazíamos beiju e muita farinha boa, quando o rio jorrava a água na lagoa, carregávamos os barcos cheio de mandioca, milho, abóbora aos portos, após colocava na carroça e íamos para casa de farinha, era bom para todos e muito divertido, com prosas, histórias e muita risada...”

Os moradores celebravam as festividades de vários Santos. A principal delas era a comemoração da festa de São João, organizada por um morador chamado Teodoro. De acordo com os moradores entrevistados, esse foi um período de intensas festividades. As manifestações culturais incluíam o reisado, a festa de lapinha na época natalina, entre outras celebrações partilhadas entre os moradores. Nos momentos de enfermidade, os primeiros cuidados eram realizados por meio de ervas e de ações de benzedores da comunidade. Em casos mais graves,

o doente era levado para Bom Jesus da Lapa, via barco ou lancha. Muitas mulheres grávidas deram à luz com o auxílio de parteiras. Em época de enchentes, quando o rio transbordava e invadia o território, os moradores tinham que procurar lugares mais altos até as águas baixarem.

Na década de 1970, os moradores precisaram deixar suas terras e passaram a residir nas agrovilas próximas. Eles foram retirados de suas terras sem a garantia de direitos e sob condições precárias com o recebimento de poucos pertences para a sobrevivência. Porém, muitos moradores não se adaptaram, já que suas formas de subsistência anteriores estavam relacionadas ao cultivo da terra e à pesca, opções inexistentes na agrovila. Assim, a fome e as dificuldades de sustento tornaram a permanência na agrovila inviável.

Muitos não suportaram e voltaram a residir no mesmo lugar. Para esse retorno, eles deixaram as residências que lhes foram destinadas fechadas e voltaram a procurar meios para própria sobrevivência nas margens do rio. A partir da década de 1990, iniciaram-se os processos de organização dos grupos sociais para fortalecer a luta e a resistência no espaço. Assim, reuniram-se, na margem do rio, várias pessoas de todos os povoados, com o objetivo de construir uma resistência coletiva. Em 1996, após debates comunitários, foi decidido que as moradias deveriam sair da margem do rio, pelo menos, 1 km, para a sua preservação. Nesse contexto, a maioria foi residir no espaço que, hoje, corresponde à atual comunidade (anteriormente, chamada de Imbuzeiro).

Em 1995, a comunidade ainda não havia registrado o nome e, depois de muita luta do Movimento CETA, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e com a conquista do Assentamento Extrativista São Francisco, a comunidade foi registrada oficialmente com o nome de Água Fria. Essa denominação foi inspirada em uma lagoa utilizada pelos moradores, cuja água era muito fria. Apesar da luta, somente 27 assentados foram reconhecidos pelo INCRA, enquanto os demais, em razão da ausência de cadastro irregular no Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária, seguiram na comunidade apenas por serem, em sua maioria, parentes dos assentados.

Conforme o Estatuto da Associação de Moradores, em 7 setembro de 1995, foi fundada a Associação de Moradores de Água Fria (AMAFRIA), estabelecendo reuniões mensais para pautar as demandas comunitárias. A associação passou a atuar como um espaço de representação, em busca de melhorias para toda a comunidade. A ação dessa associação possibilitou a conquista de diversos benefícios, como energia elétrica, captação de água da lagoa para o consumo dos moradores, construção de casas, entre outras conquistas. A associação também conseguiu acesso a programas como o PRONERA, o qual viabilizou a escolarização de alguns moradores.

A comunidade foi certificada como quilombola em 20 de dezembro de 2012, após um grande processo de mobilização e resistência pelo reconhecimento do território. Atualmente, há várias organizações de base como: associação de moradores (com aproximadamente 100 famílias); grupo de jovens, grupo de mulheres, grupo de capoeira, grupo de roda de samba. A maior parte dessas atividades são desenvolvidas em parceria com a igreja católica, pois a maioria dos moradores pratica essa religião. Apenas 3 famílias praticam a religião evangélica, na Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Além disso, atualmente, a comunidade é certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, mas a demarcação territorial ainda não foi concretizada, evidenciando a ausência de políticas públicas efetivas destinadas à questão territorial.

A infraestrutura local é bastante precária, em especial, no que diz respeito às estradas, cujas condições dificultam a locomoção dos moradores, como já sinalizado anteriormente. Além disso, a comunidade não recebe água potável, a água utilizada pelos moradores é de um poço artesiano irregular. Em 2023, após cobranças da comunidade, a prefeitura municipal passou a fornecer água doce captada do rio São Francisco. No entanto, é uma água bruta, sem qualquer tratamento, característica que compromete a qualidade para o consumo humano.

Na comunidade, o acesso à saúde é precário, uma vez que não há posto de saúde para atendimento médico local. Em geral, os atendimentos são feitos na comunidade vizinha, o que dificulta o acesso dos moradores. Além disso, a comunidade não consegue acesso a crédito para investimentos, dificultando o desenvolvimento produtivo. Assim, os moradores que, em sua grande maioria, são agricultores, trabalham apenas com mão de obra bruta, não tendo investimento financeiro para a melhoria das condições de vida. Um aspecto importante é que a maioria dos entrevistados compreende ou ouviu relatos sobre o processo histórico de constituição da comunidade. Essa compreensão pode ser observada nos depoimentos a seguir, sintetizados na Tabela 2.

Tabela 2 - O que você conhece sobre a história da comunidade

Descrição	Quantidade
Já ouviu falar	28
Não conhece	04
Não soube responder	04
Total	46

Fonte: elaboração própria

Notamos que a comunidade é bastante unida; apesar das dificuldades, a solidariedade é muito frequente na comunidade. Por exemplo, os moradores fazem várias mutirões, para ajudar as famílias em suas necessidades específicas. Por meio da associação de moradores, a estrutura da comunidade consegue mobilizar o crescimento coletivo e interno da comunidade. As reuniões mensais e o envolvimento dos moradores lançam luz ao compromisso comunitário com a melhoria das condições de vida da comunidade. Em relação aos desafios que afetam o território, os entrevistados destacaram a desunião de moradores, a demarcação de território, o alcoolismo, a precariedade das estradas, as dificuldades no acesso à saúde, a presença de animais soltos e a falta de água potável, conforme sintetizado na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Quais os maiores problemas da comunidade?

Descrição	Quantidade
Desunião de moradores	03
Desmarcação de Território	02
Alcoolismo	04
Estradas	15
Saúde	10
Animais solto	05
Água potável	06
Não respondeu	01
Total	46

Fonte: elaboração própria

Apesar dos desafios, prevalecem a resistência e o engajamento, expressos por meio de organizações locais e de ações coletivas, como assim observado na Tabela 4.

Tabela 4 - Quais organizações existem dentro da comunidade?

Descrição	Quantidade
Associação	22
Grupo de mulheres	02
Igreja	01
Escola	08
Mal organizada	01
Pastoral da criança	02
Festejos	01
Não tem organização	01
Mutirão	02
Capoeira	02
Total	46

Fonte: autoria própria

Nas entrevistas realizadas, os moradores destacaram a *associação*, a *escola* e o *grupo de mulheres* como os pilares do equilíbrio de organização da comunidade. Mesmo quando os moradores mencionaram outras questões, eles incluíram essas instituições. Atualmente, o território organiza-se em torno dessas organizações de base. A associação de base, a escola, as igrejas e os grupos sociais atuam conjuntamente, firmando o compromisso com a resistência e com a continuidade com a organização interna do território analisado nesta pesquisa. A seguir, trago uma imagem (Figura 5), de um mutirão de trabalho coletivo.

Figura 5 - Trabalho coletivo mutirão da associação de moradores da comunidade

Fonte: autoria própria

2.2 O que é educação quilombola? E educação escolar quilombola?

A educação sempre foi pauta das discussões das comunidades quilombolas, em particular, porque muitos sujeitos não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa. Como moradora de uma comunidade quilombola, cresci ouvindo familiares e conhecidos da comunidade relatando a importância do ensino e reforçando, em uma direção, o fato de que não estudaram, pois não lhes foi ofertado o acesso à escola, e, em outra direção, o fato de que não estudaram devido à necessidade de trabalhar para prover o sustento dos membros da família.

O acesso à escola sempre foi um desafio, visto que a educação era ofertada para poucos. No entanto, essa realidade começou a se modificar a partir da década de 1990, com a expansão da escolarização para um maior número de moradores e seus respectivos filhos. Antes disso, o ensino era restrito a poucos. Segundo o relato da moradora número 12, a oferta de ensino na comunidade, ainda que de forma limitada e marcada por muitas dificuldades, iniciou antes da década de 1990: “iniciou [o ensino] na Ilha José da Silva com a professora Maria de Manoel, os pais pagavam uma quantia para ela, não quanto era, após mudamos para a comunidade atual Água Fria, aqui iniciou com a professora Maria de Paula, debaixo de uma casinha de palha, após foi dando continuidade, passamos para outra casinha, continuamos estudando e com tempo construiu o colégio da comunidade”.

A limitação da educação na comunidade se explica, em alguma medida, pelo acesso restrito aos materiais didáticos e à ausência de estrutura adequada. Mesmo que a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1961, tenha definido e regularizado o sistema educacional brasileiro, segundo preceitos constitucionais, a efetivação do direito à educação, para muitos moradores, aconteceu décadas depois. Apenas com a aprovação da nova LDB 9.394, em 1996, é que se consolidaram orientações gerais para o acesso à escolarização. Porém, ainda assim, poucos quilombolas tiveram acesso à educação, o que evidencia um distanciamento entre a legislação e a realidade vivenciada pelas comunidades. Isso implica afirmar, portanto, que ainda é necessário que essas leis sejam executadas efetivamente, a fim de garantir o direito à educação igualitária a todos os brasileiros. Nesse aspecto, a entrevistada número 27 ressalta que “a educação quilombola deve ser um direito a uma educação melhor com seus saberes culturais”.

Especificando a perspectiva da educação no âmbito desta pesquisa, destaco que a Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino instituída por meio da Resolução do CNE/CEB nº 8, de 2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola. Trata-se de uma diretriz que orienta como deve ser organizada a educação

nas escolas localizadas em territórios quilombolas, assim como nas escolas que recebem estudantes quilombolas.

Para a moradora número 1, a educação quilombola deve ter seu trabalho voltado à cultura local do quilombo, ou seja, os professores precisam explicar às crianças o que é quilombo e qual a sua origem. Na concepção da entrevistada, a educação quilombola precisa considerar o contexto histórico do educando e reconhecer a sua identidade. Na mesma direção, o entrevistado número 12 acredita que a educação quilombola baseia-se na busca por conhecimentos sobre a história cultural das comunidades quilombolas, incluindo, a esse respeito, os saberes culturais como danças, comidas, roupas e suas origens. Assim, é fundamental que os espaços culturais sejam inseridos na escola.

Segundo a supracitada resolução, entende-se por escolas quilombolas aquelas que se localizam em território quilombola, reconhecidas como espaços remanescentes de quilombos, habitados por grupos étnico-raciais que dispõem de critérios de consciência comunitária e trajetória histórica própria. Nesse sentido, é importante destacarmos a diferença entre *educação quilombola* e *educação escolar quilombola*. A educação quilombola consiste na transmissão de saberes tradicionais, que definem nossa identidade. É o que afirma a entrevistada número 24, ao dizer que a educação quilombola “é nossa origem, cultura, a capoeira, o samba de roda, os saberes culturais”. A educação escolar quilombola se refere ao processo educativo desenvolvido no espaço da instituição escolar.

Isso nos remete a uma reflexão a respeito de qual educação, de fato, está orientando as práticas no território investigado. Nesse sentido, indagamos aos entrevistados sobre: o que é educação escolar quilombola? As respostas estão sintetizadas na Tabela 5.

Tabela 5 - O que é educação escolar quilombola?

Descrição	Quantidade
Sabe e tem compreensão da pergunta	27
Acredita ser a mesma educação	01
Não sabe explicar	07
Não respondeu	11
Total	46

Fonte: autoria própria

É possível observar que a maioria dos entrevistados demonstra compreender o que é educação escolar quilombola. No entanto, em diálogo com os moradores e a liderança, surgem inquietações sobre o que se ensina e o que se aprende dentro da comunidade. É reconhecido,

nesse aspecto, que muito está sendo feito, mas muito ainda precisa ser feito. Apesar da importância dos conhecimentos das leis, outros aspectos devem ser considerados, como a formação específica do quadro docente, o respeito aos princípios constitucionais e ações efetivas para atendimento das orientações legais. A esse respeito, na entrevista realizada, perguntamos se os participantes consideravam que as leis elaboradas para nortear o processo de ensino são executadas na prática. As respostas obtidas estão organizadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Você acha que as leis que são elaboradas para o processo de ensino na comunidade são executadas?

Descrição	Quantidade
Sim	24
Não	07
Mais ou menos	07
Não soube responder	06
Não sabe falar	02
Total	46

Fonte: autoria própria

A maioria dos entrevistados considera que as leis estão sendo executadas, mas alguns ainda avaliam a necessidade de melhora nesse tema. Por outro lado, há também os que consideram que as mudanças já estão sendo implementadas, como o entrevistado número 12, o qual lembra a aprovação, em 2023, do projeto de lei que instituiu o Novembro Negro como feriado municipal e nacional, fortalecendo a valorização da cultura quilombola. Diante do objetivo da educação quilombola, que visa fortalecer os sistemas municipais, estaduais e distrital de educação, com o envolvimento e o apoio das coordenações locais, e melhorar a infraestrutura e a formação continuada de professores que atuam em comunidades quilombolas, torna-se fundamental valorizar a afirmação e o fortalecimento dos territórios e da educação escolar quilombola. Nesse contexto, perguntamos aos profissionais da escola da comunidade sobre como é trabalhada a educação escolar quilombola. Os resultados estão organizados na Tabela 7.

Tabela 7 - Como é trabalhada a educação escolar quilombola?

Descrição	Quantidade
Com formações específicas, saberes locais.	01
Precisa melhorar.	01
Mais ou menos	02
Trabalha com cultura, roda de conversa, história do lugar, didática, propostas	03

municipais.	
Total	09

Fonte: autoria própria

Na entrevista realizada com os profissionais que atuam na escola, alguns destacaram aspectos relacionados à realidade do ensino, apontando os avanços e os desafios presentes no contexto da comunidade escolar. Entre os aspectos apontados, a formação de professores foi uma pauta importante levantada como essencial para o melhoramento da educação escolar quilombola. A bolsista estagiária da Educação de Jovens e Adultos (EJA) afirmou que “alguns professores da comunidade são formados, porém não são concursados, acredito que a formação de professores é um processo contínuo, o professor sempre tem de estar buscando e envolvendo suas práticas, para desenvolver habilidades e melhorar suas estratégias para ser um bom professor”

Pela fala da bolsista que atua como professora na Educação de Jovens e Adultos, percebemos alguns desafios vivenciados na educação escolar quilombola, como a falta de profissionais efetivos, a necessidade de formação específica de professores, e a elaboração de práticas pedagógicas e metodologias de ensino. Essa visão é reforçada pela entrevistada número 2, professora do Ensino Fundamental I. Para ela, “a formação muito fora de conceito não ajuda, as dificuldades no dia a dia nós temos que melhorar para ajudar no chão da escola”. A formação de professores é um direito garantido por lei, mas, como podemos observar nos territórios quilombolas, ela ainda acontece como uma formação comum, genérica. A mesma visão é compartilhada por outros entrevistados.

Segundo documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE), a União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão “assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas” (CONAE, 2010, p. 131-132). Tal orientação evidencia o reconhecimento dos avanços obtidos em relação aos direitos educacionais das comunidades quilombolas, mas, conforme os resultados desta pesquisa, notamos a ainda a necessidade de efetivação plena dos direitos. Conforme os relatos extraídos das entrevistas, as formações ofertadas aos professores não condizem com a realidade da escola, visto que não são conduzidas por quilombolas ou por profissionais com formação específica. Nesse cenário, ressaltamos a necessidade de inserção da voz quilombola nas formações profissionais em pauta.

Nesta pesquisa, ao perguntarmos sobre a condução da educação escolar quilombola, a entrevistada número 1, por exemplo, respondeu que “é preciso formações específicas com trabalho no âmbito educativo, atividades que contemple e valorize os saberes e fazeres locais,

valorizando a cultura do território. A escola deve desenvolver práticas que desperte a convivência sem conflitos, a família fazendo parte do ambiente escolar.

A entrevistada número 02 relatou: “pelo que vejo está sendo trabalhada há pouco tempo [referindo-se à educação quilombola], porém percebo que é fraca e precisa melhorar no contexto pedagógico, por parte dos próprios profissionais da escola. Nessa perspectiva, a formação de profissionais, a valorização dos saberes, a convivência entre família, escola e educando e as questões pedagógicas são elementos primordiais para que a educação contextualizada se desenvolva nos territórios quilombolas. De acordo com as deliberações da CONAE, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. (CONAE, 2010, p. 131-132)

Por mais que a lei assegure uma elaboração específica para a valorização das manifestações culturais, nota-se que ainda são necessárias ações para colocá-la em prática, tal como almejam os sujeitos que compõem esses territórios e que foram expressadas nas falas dos entrevistados citados acima. Igualmente, é fundamental considerar a necessidade de melhoria da infraestrutura da escola da comunidade pesquisada, visto que essa é bastante precária e faz com que muitos estudantes tenham que se deslocar até a sede do município para poderem estudar. A Figura 6 mostra uma imagem da escola da comunidade investigada nesta pesquisa.

Figura 6 - Imagens da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Registrada pela estudante).

No território analisado, é necessária uma reflexão ampla sobre a Educação Escolar Quilombola, considerando tanto os avanços já alcançados pela comunidade no âmbito educacional quanto os direitos que, embora assegurados em leis e decretos, ainda permanecem limitados ao papel.

De acordo com algumas falas dos sujeitos que compõem o corpo escolar, aspectos históricos e culturais do território já estão sendo inseridos no processo educativo; porém, essa inserção ainda ocorre de forma inicial e necessita de aprofundamento e continuidade.

No território analisado, observa-se a necessidade de ampla reflexão sobre a educação escolar quilombola, tendo em consideração os avanços já alcançados pela comunidade no âmbito educacional e nos direitos que, apesar de assegurados em leis e decretos, ainda estão restritos ao papel. De acordo com algumas falas dos sujeitos que compõem o corpo escolar, questões históricas e culturais do território já estão sendo inseridas. Segundo a entrevistada número 2, o trabalho tem se “de acordo a proposta pedagógica com os saberes da comunidade, unindo contos dos princípios referências da comunidade, valorizando os alunos e as entidades culturais de origem”. Para a entrevistada número 6, o trabalho tem envolvido “temas interdisciplinar no plano quinzenal, formações como seminários, abordando a história e a cultura do território, com pesquisas para conhecer a histórias dos ancestrais, trabalhamos a emancipação política do município, envolvemos a questão histórica da comunidade e a cultura sempre que seja possível na proposta educativa”

Segundo a entrevistada número 7, a educação escolar quilombola é trabalhada em forma de palestra, atividades culturais, apresentações e trabalhos em grupos. O entrevistado número 8 considera que a comunidade “trabalha a cultura na escola, fala bastante sobre a história da comunidade”. O entrevistado número 9, por sua vez, ressaltou que “é complicado por que a proposta é fora da cultura e da história da comunidade, seria melhor cada escola como a nossa, que é quilombola, a proposta fosse voltada para a realidade do quilombo”. (ENTREVISTADO DE Nº 09 AGOSTO DE 2024).

Em todos os relatos, percebem-se os avanços e esforços realizados pela equipe que atua no âmbito educacional. Ainda assim, percebe-se a necessidade de o poder público, nas 3 esferas (municipal, estadual e nacional), cumpra o seu papel efetivo de garantir os direitos e deveres previstos em leis.

2.3 Metodologia

A pesquisa que desenvolvemos apresenta natureza qualitativa e quantitativa. Segundo Ludke (1986), a pesquisa qualitativa pressupõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. Em outras palavras, para desenvolver uma pesquisa qualitativa, o pesquisador precisa estar em contato direto com o meio em que ele está desenvolvendo a pesquisa.

De acordo com Ludke e André (1986, p. 12) “O pesquisador deve, assim, atentar para maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para melhor compreensão do problema que está sendo estudado”.

A pesquisa quantitativa, por sua vez, caracteriza-se pelo uso de procedimentos sistemáticos de mensuração e análise numérica dos dados. Diferencia-se da abordagem qualitativa porque busca quantificar resultados, permitindo a identificação de padrões, correlações e frequências.

Desse modo, com base em uma pesquisa quantitativa e qualitativa, realizamos um estudo de caso que consiste em analisar de forma aprofundada um fenômeno, situação ou unidade específica, delimitando claramente seus contornos e características ao longo do desenvolvimento do estudo.

Entre suas principais características, destaca-se o fato de que o estudo de caso visa à descoberta, exigindo do pesquisador atenção a novos elementos que possam surgir durante o

processo investigativo. Essa abordagem privilegia a interpretação em contexto, considerando a situação em que o objeto está inserido, e busca compreender a realidade de modo amplo e profundo, revelando a multiplicidade de dimensões presentes em um mesmo problema.

O método utiliza diversas fontes de informação, coletadas em momentos e contextos distintos, envolvendo diferentes tipos de informantes. Além disso, procura representar os múltiplos e até conflitantes pontos de vista existentes em uma situação social. Por fim, o estudo de caso emprega uma linguagem mais acessível do que a de outros tipos de pesquisa, favorecendo a comunicação dos resultados ao público interessado (Ludke; André, 1986).

No tocante às etapas metodológicas, utilizamos entrevistas para coleta de dados, a partir de um questionário semiestruturado. Segundo Barbosa, 2008, p.10) coletar dados a partir de questionários é um procedimento bastante utilizado para obter informações em pesquisas de campo. É uma técnica de custo e prazo razoáveis, que apresenta questões que podem ser utilizadas para medir atitudes, opiniões, comportamentos, circunstâncias da vida do cidadão etc.

Nesta pesquisa, realizamos o estudo em uma comunidade quilombola, em que foram desenvolvidas oficinas, partindo de inquietações e possíveis soluções para os desafios educacionais. Assim, foram realizadas cinco oficinas para reflexão do tema, três com as lideranças e moradores, e duas com a equipe escolar.

Também participamos das reuniões da associação de moradores da comunidade, a qual é organizada há mais de 29 anos, segundo seu estatuto, bem como a sua ata de fundação, averbada no livro A3, número 196). A associação conta com mais de 109 sócios ativos, que a utilizam em sua organização, realizando reuniões ordinárias e extraordinárias, conforme as necessidades da comunidade.

Durante os momentos em que participamos das reuniões mensais, que acontecem no segundo domingo de cada mês, percebemos que são discutidas ações e políticas públicas para todos os moradores da comunidade e seus respectivos membros associados. Também buscam realizar análises de todo processo histórico da realidade atual do território em que eles estão inseridos, o Velho Chico. Nessas reflexões, a diretoria representada pela maioria das mulheres da comunidade, faz orientações e se posiciona em relação às demandas internas e externas da comunidade.

A associação conta com uma participação expressiva de mulheres, que representam, segundo os acompanhamentos realizados, aproximadamente 80% do total de participantes. Essas mulheres desenvolvem atividades tanto coletivas quanto individuais, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento das ações comunitárias.

De acordo com o Dicionário Online de Português, o termo *mutirão* (substantivo masculino) designa o “trabalho realizado coletivamente, de maneira gratuita, especialmente em contextos rurais, com o objetivo de promover melhorias na comunidade”.

Conforme já mencionado, os *mutirões* constituem uma forma de organização comunitária e, segundo os dados observados na pesquisa, exercem um impacto amplamente positivo, pois promovem a união entre as pessoas que compartilham o desejo e o sonho de ver o crescimento da comunidade.

Em práticas históricas e contemporâneas, as definições do conceito de *mutirão* são dinâmicas e diversas. Majoritariamente, porém, trata-se de uma atividade laboral que tem por objetivo construir, reabilitar ou renovar unidades habitacionais (Caldeira, 1956).

A autora também faz uma reflexão que:

O ser humano sempre viveu agrupado, em virtude de seu nítido impulso associativo e lastreou, no seu semelhante, suas necessidades, anseios, conquistas, enfim, sua satisfação. E desde os primórdios, o ser humano violou as regras de convivência, ferindo os semelhantes e a própria comunidade onde vivia, tornando inexorável a aplicação de um castigo (sanção). No início, a punição era uma reação coletiva contra as ações antissociais (Caldeira, 2009, p. 260).

A associação é uma forma de organização coletiva que, segundo os relatos dos seus respectivos sócios, vêm, há anos, desenvolvendo a comunidade.

Nota-se que é por meio da Associação que se discutem as principais demandas da comunidade. Conforme as observações e diálogos realizados durante a pesquisa, percebe-se que as organizações de base contam, majoritariamente, com a participação de mulheres. Ainda assim, enfrentam dificuldades relacionadas ao sistema político local, pois, em grande parte do território estudado (aproximadamente 100%) as ações estão submetidas à estrutura da prefeitura. Entre os profissionais que executam as atividades, apenas uma moradora é efetiva.

Há também um diálogo passivo entre os moradores, visto que a maioria consegue enxergar as demandas de base.

Após a análise de diferentes conceitos e teorias sobre o tema, apresentaremos, a seguir, uma síntese das reflexões de autores e dos saberes produzidos pelos próprios sujeitos do território onde está pesquisa foi realizada.

Nesse sentido, autores como Gil (2002, p. 17) faz uma reflexão sobre pesquisa:

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra

em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

A análise dos dados, segundo Oliveira et al (2003) evidencia que um conjunto de técnicas voltadas à interpretação sistemática e objetiva das comunicações, permitindo ao pesquisador inferir conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das mensagens:

A análise de conteúdo, instrumento de análise interpretativa, é uma das técnicas de pesquisa mais antigas - os primórdios de sua utilização remontam a 1787 nos Estados Unidos, e sua emergência como método de estudo aconteceu nas décadas de 20 e 30 do século passado com o desenvolvimento das Ciências Sociais, quando a ciência clássica entrava em crise. Como se sabe, a atitude interpretativa faz parte do ser humano que deseja atingir o conhecimento. Desde a hermenêutica, arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos, o homem praticava a interpretação como forma de colocar a sua observação sobre um dado fenômeno. (Oliveira et al., 2003, p. 14)

Nessa perspectiva, a análise de conteúdo revela-se de fundamental importância, pois nos permite abordar determinados temas e inquietações de forma sistemática e organizada. Trata-se de um método de investigação que possibilita compreender a realidade a partir de um sistema de organização metódico, voltado à interpretação de conteúdos e à busca de autenticidade e consistência nos dados analisados. Conforme afirma Bardin (1979, p. 42):

Qualquer análise de conteúdo não visa o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos, que são o seu objeto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção constitui o campo das determinações dos textos.

Assim, conforme destaca Bardin (1979), é fundamental compreender as condições de produção envolvidas na pesquisa, uma vez que cada estudo reflete uma visão específica de mundo e um objeto de análise construído a partir do contexto em que se insere.

Nessa mesma direção, em diálogo com Oliveira et al. (2003, p. 5), a análise de conteúdo pode ser entendida como:

A análise de conteúdo desenvolve um arcabouço formal para a sistematização de atributos qualitativos, e no momento de interpretar os dados coletados que se dá o entrelaçamento da pesquisa em educação com a análise de conteúdo. A essência deste formalismo é estatística, pela sua concepção forma de compilação, uma análise de conteúdo leva a métodos estatísticos multivariados (2003, p.5)

Para sintetizar essa formalização no âmbito de interpretação das informações, o conteúdo torna-se importantíssimo a observância de regras, preceitos e o rigor, atribuindo, assim, qualidade para a forma de apresentação de um determinado tema pesquisado. De modo que retrate um lugar ou objeto, um determinado sujeito.

Nota-se que a análise de conteúdo pode ser compreendida como um processo que envolve a interpretação e a sistematização das ideias expressas em um determinado material. Trata-se de um método que permite ao pesquisador identificar temas, significados e informações implícitas ou explícitas nos textos analisados, constituindo-se como um exercício de descoberta e de comprovação fundamentada. Com isso, várias etapas são percorridas, para trilhar determinados passos.

As teorias e a organicidade da pesquisa delineiam o caminho a ser percorrido. Assim, durante o processo investigativo, nos deparamos com alguns questionamentos fundamentais: para que serve esta pesquisa? Qual sua relevância diante de um território sobre o qual pouco se fala e se produz conhecimento?

Nesse sentido, Gil (2002, p. 17) afirma que:

Há muitas razões que determinam a realização de uma pesquisa. Podem, no entanto, ser classificadas em dois grandes grupos: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As primeiras decorrem do desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer. As últimas decorrem do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz. Tem sido comum designar as pesquisas decorrentes desses dois grupos de questões como "puras" e "aplicadas" e discuti-las como se fossem mutuamente exclusivas. Essa postura é inadequada, pois a ciência objetiva tanto o conhecimento em si mesmo quanto as contribuições práticas decorrentes desse conhecimento. (GIL 2002, p.17)

Desse modo, este trabalho resulta da junção de diferentes inquietações e saberes relacionados ao território em que a pesquisa foi desenvolvida. O tema constitui um elemento primordial para toda mediação, e as inquietações que orientam esta investigação buscam levantar questões vinculadas à linha de pesquisa Território, Educação e Cultura, três dimensões de grande relevância para a compreensão do objeto estudado.

Nesse sentido, nossa proposta é realizar uma reflexão voltada à compreensão da temática “Território Quilombola e Práticas Pedagógicas em Educação do Campo na Serra do Ramalho”

Nas etapas percorridas, foram descritas e analisadas as categorias que compõem o objeto de pesquisa, conforme orientam Oliveira et al (2003, p. 9), ao discutirem a importância da definição criteriosa das unidades de registro e das categorias na análise de conteúdo.

A categorização gera classes que reúnem um grupo de elementos da unidade de registro. As classes são compiladas a partir da correspondência entre a significação, a lógica do senso comum e a orientação teórica do pesquisador. Portanto, os critérios para a categorização podem ser semânticos; sintáticos; léxico ou expressivos trata-se então de um juntamento de categorias com sua definição, de maneira precisa, ações primárias que deslumbram em outras. (2003 p.9)

Discutir e entender teorias e saberes empíricos sobre as temáticas acima citadas é de suma relevância, pois contribui não somente para o pesquisador mas para todas as pessoas que fizeram parte da pesquisa.

A análise de dados qualitativos é amplamente utilizada nas ciências sociais, uma vez que possibilita o estudo de fenômenos sociais complexos. Esse tipo de abordagem permite explorar as experiências, perspectivas e significados atribuídos pelos participantes a determinados eventos, processos sociais e interações.

Como afirma Dulci C. A. Whitaker em seu texto *Análise de Entrevista em Pesquisas com Histórias de Vida*, “não basta afirmar que um fenômeno é a síntese de múltiplas determinações; é preciso compreender cada um dos significados que informam tais determinações” (WHITAKER, 2002, p. 148).

Essa compreensão reforça a importância de considerar o estudo de cada teoria como parte fundamental para a interpretação e a síntese dos dados coletados, permitindo problematizar o tema de maneira mais consistente. Dessa forma, esta pesquisa busca responder à seguinte questão norteadora: em que medida as práticas pedagógicas da escola abordam, na práxis de seus sujeitos, os aspectos referentes à história e à cultura do território na Educação do Campo, em Serra do Ramalho?

Essa pergunta foi direcionada a diferentes grupos da comunidade e também a participantes externos. O primeiro grupo foi composto por lideranças locais, com as quais foram realizadas oficinas de reflexão sobre a questão norteadora da pesquisa. Em seguida, foram entrevistados 46 moradores da comunidade, por meio de um questionário contendo 15 perguntas relacionadas à problemática estudada. Também participaram oito estudantes do Ensino Fundamental II, que responderam ao mesmo número de questões.

Além desses grupos, foram entrevistados o coordenador da associação de base e a equipe de profissionais que compõem a gestão educativa da escola. Diante das inquietações desta pesquisa, buscamos em Gil (2002) o exemplo de um roteiro de percurso para realizar esta pesquisa. Assim, reflito sobre as questões educacionais sobre o processo histórico, com um aprofundamento na Constituição Federal do ano 1988, LDB (Lei de Diretrizes e Bases da

Educação), Lei 10.639/2003, Diretrizes Curriculares da Educação do Campo e Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola 2012.

A leitura do “Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia” serviu como ponto de partida para a compreensão das políticas públicas voltadas à valorização da diversidade étnico-cultural. Em seguida, nos aprofundamos nas teorias freirianas, especialmente na obra “Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa”, de Freire (2019), que orienta uma reflexão crítica sobre o papel do educador e a construção coletiva do conhecimento.

No que se refere ao conceito de quilombo, buscamos aprofundamento nas leituras do autor Antônio Bispo dos Santos, conhecido como *Nego Bispo*, especialmente em sua obra “Colonização, Quilombo: Modos e Significados”, que oferece uma compreensão decolonial sobre os processos históricos e socioculturais que formam os territórios quilombolas.

Por fim, além desse material, realizamos também pesquisas em arquivos municipais sobre o contexto histórico do município de Serra do Ramalho, o que possibilitou uma compreensão mais ampla e contextualizada do projeto desenvolvido neste estudo.

2.4 Dados da comunidade pesquisada

A comunidade Quilombola de Água Fria tem aproximadamente 92 famílias, quantificando aproximadamente 252 moradores.

Todavia, acreditamos que o número seja maior visto que muitas pessoas migram para outros Estados a procura de melhorias de vida, ou seja trabalho para sobrevivência. As entrevistas foram realizadas com 63 membros da citada comunidade, os quais se dividem conforme a Tabela 20. a seguir:

Tabela 8 - Membros das comunidades que foram entrevistados

Descrição	Quantidade
Moradores (as)	46
Coordenador da Associação	01
Funcionários da Escola	09
Estudantes	07
Total	63

Fonte: autoria própria

Os 46 moradores entrevistados, possuem as seguintes idades:

Tabela 9 - Idade dos membros das famílias entrevistados

Idade	Quantidade
20 a 39	20
40 a 59	14
60 a 79	09
80 a 90	3
Total	46

Fonte: autoria própria

Desses entrevistados, 36 se identificaram com o gênero feminino e 10 com o gênero masculino 10 (dez) pessoas.

No que diz respeito à escolaridade dos entrevistados, temos a seguinte distribuição disposta na Tabela 20:

Tabela 10 - Escolaridade dos entrevistados nas famílias

Descrição	Anos
Pessoas não alfabetizadas	04
Pessoas frequentando a escola EJA	13
Pessoas com Ensino Médio Completo	14
Pessoas com Ensino Médio Incompleto	04
Pessoas com Ensino Fundamental I	05
Pessoas com Ensino Fundamental II	06
Não Respondeu	00
Total	46

Fonte: autoria própria

Para compreensão e a reflexão do processo de ensino aprendizagem, a entrevista com estudantes foi de primordial importância, principalmente por alguns estarem estudando e outros já terem estudado.

No que diz respeito à escolaridade e à idade, a entrevista foi realizada com dois estudantes do Ensino Fundamental II de 13 (treze) anos, 01 (um) do Ensino Fundamental II de 12 anos, um estudante do Ensino Médio de 16 anos, uma estudante do Ensino Médio de 20 anos, que desistiu da escola por ter engravidado na adolescência, e um morador com curso superior, com 34 anos idade e presidente da associação de base.

Essas informações encontram-se na tabela a seguir:

Tabela 11 - Entrevista dos estudantes da comunidade

Nível de Ensino	Idade	Quantidade
Ensino fundamental II	12 e 13 anos	04

Ensino Médio Incompleto	16 anos	01
Ensino médio desistentes	20 anos	01
Ensino superior	34 anos	01
Total		07 entrevistados

Fonte: autoria própria

Na próxima seção, apresentaremos a configuração dos profissionais da escola que foram entrevistados.

2.5 Entrevistas com Profissionais da Escola Municipal N. Sra. de Fátima

A entrevista com os profissionais da escola foi realizada em 21 de junho de 2024 no período vespertino. Após nos apresentarmos entregamos um termo de consentimento para autorização da entrevista. Em seguida, fizemos uma breve apresentação do projeto de pesquisa, enfatizando seus objetivos.

Então, entregamos a entrevista para os presentes para eles responderem e nos devolverem.

Essa etapa foi feita com quatro professores, dois profissionais de serviço gerais, uma merendeira, um auxiliar administrativo, um vigilante, um motorista e um responsável pela escola, somando 11 participantes.

Na tabela a seguir, há a informação da idade dos entrevistados nessa etapa:

Tabela 12 - Funcionários da escola entrevistados

Função	Idade	Quantidade
Professor(as)	23 a 45	04
Serviços Gerais	38 a 47	02
Merendeira	36	01
Auxiliar administrativo	25	01
Motorista	57	01
Vigilante	30	01
Responsável pela escola (direção).	36	01
Total		11 participantes

Fonte: autoria própria

A seguir, descremos a definição das categorias de análise.

2.6 Definição de categorias

A definição das categorias de análise nesta pesquisa assume grande relevância, uma vez que a organização temática dos conteúdos representa um processo de categorização que dá sentido e estrutura à interpretação dos dados. É com esse propósito que analisamos o tema desta investigação a partir de três categorias centrais, consideradas de especial importância para a compreensão do objeto estudado:

- I. Território
- II. Práticas pedagógicas
- III. Cultura

A categoria I é bastante importante, visto que, em especial o território quilombola, visto que muitos desses espaços ainda são ameaçados e progressivamente absorvidos pelo sistema capitalista. Diversos territórios vêm sendo invadidos e tomados de suas populações de origem, comprometendo modos de vida, saberes e práticas tradicionais. Esse é o caso do território em que esta pesquisa foi desenvolvida. Conforme os estudos realizados, ainda em pleno ano de 2024 há moradores que não possuem acesso à terra suficiente para o plantio e a própria subsistência. O lugar vem sendo gradativamente ocupado por grandes propriedades rurais, representadas pelo latifúndio, que continua a oprimir e a deslegitimar o uso tradicional das terras pelos sujeitos que nelas resistem e insistem em permanecer.

Há que se pensar em formas de organização e estruturação desses territórios, reconhecendo-os como espaços vivos, construídos pelos próprios sujeitos que deles fazem parte. As práticas pedagógicas assumem, nesse contexto, papel fundamental, pois permitem refletir sobre as questões educacionais e compreender de que maneira a educação tem sido ofertada aos sujeitos que compõem esses territórios.

A cultura, por sua vez, deve ser entendida como um fenômeno profundamente enraizado na vida das pessoas, influenciando suas formas de aprender, ensinar e se relacionar com o mundo.

Para compreender como está organizado o território aqui estudado foi feita uma entrevista com 03(três) públicos diferentes dos entrevistados, a saber: dos moradores, (as) funcionários (as) e alguns estudantes de turmas diferentes que residem neste território.

Adiante, apresentamos algumas reflexões realizadas com esse público de participantes da pesquisa, denominado aqui como subcategorias.

A primeira questão foi dirigida aos moradores da comunidade:

(1) “O que vocês conhecem sobre a história da comunidade?”

Refletir sobre o Território Quilombola e as Práticas Pedagógicas em Educação do Campo na Serra do Ramalho (BA) é fundamental para compreendermos as relações entre educação, memória e identidade.

Ao problematizarmos “como as práticas pedagógicas da escola abordam, na práxis de seus sujeitos, os aspectos referentes à história e à cultura do território Velho Chico”, buscamos promover uma reflexão crítica fundamentada em conceitos e pressupostos teóricos da Educação do Campo, articulando as práticas pedagógicas desenvolvidas tanto na instituição escolar quanto na própria comunidade. Ao mergulharmos nas discussões teóricas e empíricas, reconhecemos a relevância desta reflexão para o fortalecimento da pesquisa. Compreendendo essa necessidade, dividimos o estudo em categorias analíticas que nos permitem argumentar e interpretar os dados de forma mais consistente. O território, tanto em sua dimensão teórica quanto em sua compreensão empírica, constitui um marco essencial para esta investigação, pois envolve sujeitos que dele fazem parte e contribuem para a compreensão do fenômeno estudado.

Autores como Villela (2018) dialogam diretamente com essa temática. Em seu artigo *Trabalho, história e saberes tradicionais*, o autor descreve e debate os saberes tradicionais, apresentando fundamentos e possibilidades sob a perspectiva de uma pedagogia histórica e crítica. Villela (2018) dialoga ainda com outros pesquisadores, como Saviani (2012), Gasparin (2013), Geraldo (2009) e Scalón (2002), que contribuem para a caracterização do território como espaço de vivências e de produção de saberes tradicionais.

Nessa perspectiva, ao abordarmos as dimensões do conhecimento sobre o território, especialmente em comunidades quilombolas, compreendemos que há décadas essas populações lutam pela demarcação de suas terras, como é o caso da comunidade em que realizamos esta pesquisa.

Durante as entrevistas com os moradores e moradoras, muitos expressaram suas percepções sobre o significado da palavra “território”. A entrevistada nº 28, moradora da comunidade de Água Fria, acredita que:

Para mim é terra, agente demarca, como o nosso quilombo nós aqui ainda não temos terra, para todos porque a vazante foi tomada pelos invasores. Isso é preocupante nós como morador estamos preocupados com essa situação, por causa do desmatamento que os irregulares estão fazendo. (ENTREVISTADA Nº 28 AGOSTO DE 2024).

É notório a preocupação da entrevistada sobre ter uma demarcação do seu território, mas, apesar de ter uma constituição e decreto (nº 4.887/2003) que regulamenta o procedimento para identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos referente ao artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias, temos acima uma problemática que mostra a realidade da população desta comunidade.

A moradora nº 37 acredita na seguinte compreensão: a palavra território é “lugar de oportunidade, serviço, estrutura local, valorização do espaço” (Entrevistada Nº 37 AGOSTO DE 2024).

Nas respostas, os entrevistados compreendem território como pertencimento, lugar de morada, lugar de criação, outros acreditam que território é um espaço dele.

Alguns moradores argumentaram que o território além de ser o lugar de morada, é também onde as pessoas conseguem ter acesso às políticas públicas. Todavia, a maior parte dos entrevistados acredita ser o lugar de morada e compreendem que qualquer comunidade em que existam pessoas pode ser considerado um território.

Outros entrevistados veem o território como uma área que deve ser preservada, lagoas e rios, eles também acreditam que o território pode ser um espaço de luta diária para conseguir permanecer.

A mesma pergunta foi feita para os estudantes do quilombo e alguns não souberam explicar, mas a maioria compreende que território é o lugar onde reside. O entrevistado estudante de nº 07 destaca que: “é uma questão ampla, o território, dentro do território tem vários conhecimentos, políticos, social e história.” (ENTREVISTADO Nº 07 AGOSTO DE 2024). O autor Milton Santos, em sua obra “Pensando o Espaço do Homem”, apresenta diversas dimensões relacionadas aos conceitos de espaço, abordando temas como a fixidez do capital, os instrumentos de trabalho, a organização social, a acumulação de capital e as dinâmicas econômicas baseadas em valores e trocas. O espaço, para Santos, é simultaneamente social e global, resultado de um processo histórico que reflete as transformações e as relações estabelecidas no interior da sociedade mundial.

O autor concebe o espaço como uma construção social que se produz continuamente, acompanhando os avanços técnicos, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, “o próprio espaço nos aparece como um todo fragmentado, com práxis também fragmentadas; o espaço dos indivíduos se manifesta como fragmentos de realidade e não permite reconstruir o funcionamento unitário do espaço” (Santos, 2001, p. 34).

As subcategorias “moradores da comunidade”, “gestão escolar” e “estudantes” foram definidas com o propósito de dar voz aos diferentes sujeitos participantes da pesquisa, valorizando seus conceitos e percepções de acordo com suas realidades. Esse processo busca compreender, a partir das falas e experiências dos envolvidos, os caminhos para a construção de uma educação verdadeiramente emancipadora.

O objetivo central foi conhecer a história da comunidade, compreender o processo educativo, o surgimento e a consolidação da educação quilombola e da educação escolar quilombola, bem como refletir sobre aspectos identitários e sobre a participação de todos e todas na escola. A partir dessas discussões, emergiram inquietações que levaram à reflexão sobre as dificuldades apontadas pelos entrevistados e entrevistadas, especialmente relacionadas à infraestrutura, à metodologia de ensino, à formação de professores, à merenda escolar, aos materiais didáticos e pedagógicos, ao transporte escolar e ao comportamento dos estudantes.

Desafios que necessitam de uma ampla reflexão com propostas eficazes para a melhoria da oferta de políticas públicas para esses sujeitos.

Referente à melhoria de ensino, a pesquisa evidencia que há a necessidade de ampliação de melhorias urgentes, como diz o morador entrevistado nº 04:

A precisa melhorar muita coisa, as vezes com os professores mais capacitação, o colégio sendo outro...em termo de estrutura, as vezes os equipamentos não são suficientes para as demandas que tem as precisões, os equipamentos está pouco ainda mais a merenda, fazer um muro, pra não acontecer as coisas ali, fazer o portão melhor, deixar um segurança pelo menos a noite já seria melhor. (ENTREVISTADO Nº 04 AGOSTO DE 2024).

Nas entrevistas feitas, a maioria sente a necessidade de melhorar a estrutura do ambiente de ensino.

Referente à religiosidade, os aspectos de crença do território foram denotados como importantes. Os entrevistados relatam que é um desafio a participação dos sujeitos nas atividades, mas as denominações existentes na comunidade têm participação significativa, principalmente na igreja católica.

Ao perguntar sobre como é a questão religiosa da sua comunidade, recebemos diversas respostas, como a da entrevistada de nº 02:

Sim, muito importante, a questão religiosa não só da comunidade, como do mundo todo é importante, por que na comunidade mesmo, tem pessoas religiosa que precisa melhorar, por que as vezes tá muito fraca questão de fé da comunidade, por que tem grupo pequeno por que assim na adventista tem grupo pequeno e na igreja católica também, tem mais gente participando da igreja do mundo, uma comunidade pequena as coisas seria mais fácil de resolver (ENTREVISTADA 02 AGOSTO 2024).

Em seu livro “Colonização, Quilombos: modos e significações” (1986), Santos faz uma reflexão sobre religiosidade:

Ao frequentar um culto em um templo cristão monoteísta(um jurado em um fórum da justiça comum), podemos verificar todos os fiéis (cidadãos) postados verticalmente de frente ao altar(tribuna do júri), onde um pregador(juiz) que possui status para falar em nome de Deus (da justiça) fala das normas estatísticas escrita na bíblia(código legal), cobra dos fiéis (cidadãos) comportamentos e ações voltada para a vontade de Deus, visa que Deus punirá os desobedientes e por fim anuncia as possíveis sentenças... (Santos, 2015, p.39).

O autor tece críticas constantes a respeito da justiça, das punições, dos pecados, conceituando as organizações e trazendo outras teorias à crença dos povos de terreiros, que também compartilham a sabedoria da ancestralidade, em coletivo e em comunidade.

Nesse sentido, faz interessante observar que diversas crenças não aparecem na pesquisa, ou seja, na fala dos entrevistados, isso mostra, mais uma vez, o processo de silenciamento e repressão que nosso povo sofre, em que não há coragem de auto afirmarem sua identidade, por conta do processo de discriminação e racismo que sofrem desde a colonização desse país, como afirma a entrevistada de nº 40: “pra mim é boa eu que preciso melhorar, tem muita discriminação todas religiões são importantes temos que saber respeitar os outros.” (Entrevistada Nº 40 AGOSTO 2024).

Nota-se, então, a partir das afirmações apresentadas no texto do autor, que muitos sujeitos se sentem reprimidos em relação às suas crenças e expressões culturais. Diante dos desafios enfrentados nesse território, foi possível perceber que os principais problemas que afetam a comunidade são as más condições das estradas, a precariedade no acesso à saúde, a escassez de água, a presença de animais soltos, o alcoolismo e a falta de demarcação do território. Essa realidade é evidenciada nos relatos de diversos moradores entrevistados.

A falta de união no geral, eu lembro que antigamente tinha mais união do que hoje em dia, tem divisão entre a comunidade, em querer ser melhor do que o outro, e o que eu acho as invasão e falta de estrutura. (ENTREVISTADA Nº01 AGOSTO 2024).

Na minha opinião são o alcoolismo, a gravidez na adolescência, tem como eu já disse mais somos quilombola mais não recebemos nada como quilombola, já temos alguns anos que nada de direito, nem merenda. (ENTREVISTADA Nº 02 AGOSTO 2024).

Invasão dos povos alguns conflitos mais nem tanto (ENTREVISTADA Nº 03 AGOSTO 2024) Problemas tem vários uns piores que outros, no caso a água, é um problema, agora tá melhor, as estradas que aqui pra nós é muito crítica

ainda mais no tempo desse, e também o posto de saúde que a gente precisa, o médico vem atender nos campinhos e a gente precisa estar deslocando pra ir lá. (ENTREVISTADA Nº04 AGOSTO 2024).

Expor a realidade relatada pelos moradores acerca da estrutura social e material da comunidade é de fundamental importância, sobretudo para que os órgãos governamentais, nas três esferas, municipal, estadual e federal, tenham um olhar mais atento a essa situação. Há séculos, a população negra sofre com o desgaste provocado pela ausência de políticas públicas eficazes, muitas vezes fragmentadas e insuficientes diante das demandas desses sujeitos.

Nessa perspectiva, e a partir das reflexões desenvolvidas no campo de pesquisa sobre o Território Quilombola e as Práticas Pedagógicas em Educação do Campo na Serra do Ramalho (BA), torna-se necessário problematizar: como as práticas da escola abordam, na práxis de seus sujeitos, os aspectos referentes à história e à cultura do território Velho Chico, em Serra do Ramalho?

Faz-se necessário refletirmos sobre os métodos de ensino presentes neste território de pesquisa, considerando que, no âmbito das entrevistas, identificamos que, para além da escola, existem outras organizações que os sujeitos reconhecem como importantes espaços de formação educacional. Nas falas dos entrevistados, destaca-se a atuação da associação de moradores, que desenvolve um trabalho essencial para toda a comunidade, complementando as ações da instituição escolar e configurando-se como um campo formativo relevante.

Entre as práticas mencionadas, sobressai a capoeira, reconhecida pelos participantes como uma atividade de ensino de grande importância, pois envolve os estudantes de forma ativa e mantém vivo um legado cultural profundamente enraizado na história e na identidade do território.

A igreja, grupo de mulheres, pastoral da criança e mutirões, todas essas organizações contribuem no âmbito educacional. Dentre os entrevistados, apenas uma moradora acredita que a comunidade não tenha organização, porém as demais entrevistas com as subcategorias moradores, estudantes e gestão escolar, destacam as organizações internas como um caminho no processo de adquirir conhecimento, como afirma a entrevistada nº 12.

Na comunidade existe algumas organizações, muito importante para o crescimento da mesma, como associação de moradores, grupo de mulheres, grupo de capoeira, time de futebol masculino, feminino, a escola, municipal nossa senhora de Fátima e além também da igreja católica e adventista do sétimo dia (ENTREVISTA Nº 12 AGOSTO DE 2024).

Nesse processo de ensino, é de suma relevância nos preocuparmos sobre as leis que regem a educação brasileira, principalmente as que trazem a segurança de ensino específico,

como é o caso da Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, sendo uma lei federal que oferta a obrigatoriedade do estudo da cultura afro-brasileira em todas as escolas do nosso país, desde os anos iniciais. No ano 2008, houve a ampliação desta Lei para 11.645 incluindo a história indígena no texto como obrigatório, mas, apesar da lei estar completando 22 anos, temos ainda a defasagem dentro do âmbito educacional, pois a de se perceber que parte dos profissionais que compõem este espaço educacional não conhecem o objetivo da própria lei.

Como essa lei vem para obrigatoriedade do ensino afro e por ser um território de pesquisa específico na entrevista com os profissionais que atuam nesta escola, foi perguntado: “como se trabalha a questão histórica e cultural do território dentro da proposta Educativa?”

A entrevistada de nº 06 respondeu assim:

Envolvendo alguns temas interdisciplinar no plano quinzenal, formação de seminário abordado a história e a cultura do território, fazemos pesquisa pra conhecer a história, a cultura dos nossos ancestrais, trabalhamos a emancipação política do município, envolvemos a questão histórica da comunidade e a cultura sempre que possível na proposta educativa. (ENTREVISTADA Nº 06 AGOSTO 2024).

Diante da resposta da entrevistada nº 06, pode-se notar que há um trabalho sendo executado, porém ainda mesclado com uma proposta de fora para dentro.

Nas demais entrevistas, muitos participantes afirmaram que é fundamental trabalhar com os saberes da comunidade, integrando contos, histórias e tradições que são reconhecidos como princípios de referência e valorização cultural. Dessa forma, os estudantes passam a valorizar as entidades e manifestações culturais de sua própria origem.

Alguns entrevistados mencionaram, entretanto, que essa proposta é complexa, pois muitas vezes as atividades escolares são formuladas fora da realidade da comunidade. Ressaltaram que seria mais viável adotar práticas pedagógicas relacionadas ao contexto em que vivem. Ainda assim, diversos estudantes afirmaram que a escola tem buscado contemplar a cultura local, especialmente em datas comemorativas e eventos organizados na própria comunidade.

No decorrer da pesquisa, também surgiu a preocupação em compreender o processo de avaliação escolar. As subcategorias destacaram que, embora esse aspecto já tenha apresentado dificuldades no passado, atualmente tem avançado e passado por transformações positivas. Os entrevistados pontuaram ainda a importância de ampliar o acesso das pessoas da comunidade às universidades, entendendo essa inserção como um caminho essencial para o desenvolvimento coletivo. A moradora entrevistada nº 02 salienta que:

Tá sendo bom por que quem foi do meu tempo que agente estudar, como eu já disse, nessa escolinha ai e professor já são mais formado já são mais sábio, tem mais um pouco de sabedoria, e já tem carona porta, pega os meninos, leva e deixa em casa, então acho que já melhorou bastante, mais assim se poder mais será melhor ainda, porque em vez desses alunos sair de suas casas pra poder ir na nove, e tiver aula aqui já facilita mais tanto pra os meninos e da emprego para as pessoas da comunidade.(ENTREVISTADA Nº 02 AGOSTO 2024).

O avanço significativo vindo do processo educacional no território onde está localizada a comunidade, notoriamente, é percebido pelas falas dos entrevistados, como confirma também a entrevistada de nº 39:

Agora está bom os professores são daqui da comunidade antigamente os professores de fora faltava mais que dava aula. Os jovens daqui tem que tomar mais coragem pra estudar e se formar os professores continuar sendo daqui (ENTREVISTADA 39 AGOSTO 2024).

Com esse desdobramento e avanço no âmbito do ensino, torna-se primordial a efetivação das diretrizes curriculares para Educação Escolar Quilombola. A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL P.42).

Desdobra-se pelas providências da Conferência Nacional de Educação (Conae, 2010). De aprazimento com o documento final da conferência, a União, os Estados, o Distrito Federal os Municípios deverão:

a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional. b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem acultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo) garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados. e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a

valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas) garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização. g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010, p. 131-132)

Esse contexto nos conduz à necessidade de elaborar estratégias e posicionamentos que assegurem, de fato, a efetivação dos direitos dos sujeitos do campo e dos territórios tradicionais, conforme garantido em lei. Ao abordar como a escola trabalha a disciplina de Geografia, percebemos, a partir das falas dos estudantes, que o ensino se concentra principalmente em conteúdos sobre países, meio ambiente, poluição e noções de pertencimento. Também foram mencionadas abordagens voltadas à área cultural e a conhecimentos relacionados às questões do Estado.

No entanto, segundo o entrevistado nº 07, há uma percepção de superficialidade nesse trabalho pedagógico: “Eu vejo, acho que é conhecimento pouco aprofundado, levado por questão de Estado, reconhecimento passado de fora pra dentro, mais pode ser trabalhado de dentro contextualizando e aprofundando (ENTREVISTADO Nº 07 AGOSTO 2024).” Ao ponderarmos sobre a entrevista realizada com a equipe de gestão educacional da escola, e ao analisarmos a questão do ensino de Geografia, observamos que os participantes afirmaram buscar explorar o pensamento crítico dos estudantes, estimulando-os à transformação da realidade por meio de atividades que envolvem o uso de mapas, a localização espacial e o conteúdo dos livros didáticos. Na entrevista nº 01, a participante destacou:

“Cabe ao professor explorar o pensamento dos alunos na transformação da realidade, e construção da cidadania, buscando estratégias para que o aluno de fato perceba e aprenda ressignificar o seu espaço e lugar de vivência (ENTREVISTADA Nº 01 AGOSTO DE 2024).”

Complementando as reflexões acerca de uma geografia crítica, destacamos a importância de uma abordagem que analisa o lugar em suas dimensões culturais, nas relações sociais e nas formas de apropriação do espaço, reconhecendo a não neutralidade do conhecimento científico em uma sociedade capitalista. Essa perspectiva se ancora no materialismo histórico e dialético, que se consolidou a partir do século XX com o fortalecimento da geografia marxista, orientada por fundamentos filosóficos que relacionam o espaço aos conceitos e práticas humanas.

Autores latino-americanos e brasileiros têm contribuído significativamente para o avanço dessas reflexões, ampliando o debate e promovendo a expansão crítica sobre o tema.

Tal perspectiva é pertinente e necessária para o crescimento e a consolidação das discussões em torno da geografia, do território e das práticas sociais vinculadas à realidade investigada.

3 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA EM SERRA DO RAMALHO

A Educação acontece em três vertentes nessa escola: matutino, vespertino e noturno. No turno matutino, acontece o Ensino Fundamental I, abrangendo as turmas maternas e o 5º ano, sendo turmas seriadas, com educandos de 03 a 11 anos de idade. A escola conta com um quadro de profissionais da própria comunidade, apenas o motorista é de uma agrovila local, que transporta os educandos e educandas em condições difíceis, com carros pequenos, sem estrutura, principalmente, segurança, visto que os motoristas não têm habilitação.

No turno Vespertino, a escola atende educandos de 11 aos 18 anos, que cursam o Ensino Fundamental II. Assim como no período matutino, as turmas são multisseriadas e as educadoras são da comunidade, exceto o educador de matemática, que reside em uma comunidade ribeirinha próxima. Os educandos que necessitam de transporte para ir à escola da comunidade vão com o mesmo transporte do turno matutino.

Já os educandos do Ensino Médio estudam na sede do Município, no centro de Serra do Ramalho e usam o transporte escolar amarelo.

Tabela 13 - Gênero Identificado

Descrição	Quantidade
Masculino	04
Feminino	03
Outros	0
Total	07

Fonte: autoria própria

Como podemos notar, a maior parte dos entrevistados se identificam com o gênero masculino.

Em relação à idade dos entrevistados, temos a seguinte distribuição:

Tabela 14 - Idade

Descrição	Quantidade
12 anos	03
16 anos	01
21 anos	01
27 anos	01
34 anos	01
Total	07

Fonte: autoria própria

Assim, todos os entrevistados são bastante jovens. Por fim, no quesito escolaridade, observamos a distribuição a seguir:

Tabela 15 - Escolaridade

Descrição	Quantidade
8º Ano	02
7º Ano	01
2º Ano Ensino Médio	01
Ensino Médio Completo	01
2º Grau Completo	01
Total	07

Fonte: autoria própria

A seguir, iniciaremos a descrição dos resultados das perguntas feitas aos entrevistados.

3.1 Respostas dos entrevistados

Na etapa das entrevistas realizadas com os estudantes, foram elaboradas algumas questões referentes ao processo de ensino desenvolvido dentro da escola.

Na tabela 8. observamos as respostas referentes à questão: “Como você avalia a educação da sua comunidade?”

Tabela 16 - Como você avalia a educação da sua comunidade?

Descrição	Quantidade
Boa	05
Regular	01
Avançado	01
Total	07

Fonte: autoria própria

Diante dos inúmeros desafios enfrentados pela educação no contexto histórico das comunidades tradicionais, ainda persiste a expectativa de melhoria e de maior inserção dos jovens, que representam o futuro dessas comunidades, como demonstrado ao longo deste trabalho.

Outra questão feita aos entrevistados foi “A escola trabalha o conceito histórico da comunidade?”, as respostas foram as seguintes:

Tabela 17 - A escola trabalha o conceito histórico da comunidade?

Descrição	Quantidade
Respondeu sim	4
Não	1
Trabalha	2
Total	7

Fonte: autoria própria

Trabalhar a história local de forma conceitual com os estudantes é de grande relevância, uma vez que muitos acabam perdendo sua historicidade e seus vínculos culturais pela falta de conhecimento sobre a própria importância de suas origens.

Nas entrevistas, foi possível perceber que, embora os estudantes tenham respondido às perguntas, suas falas não aprofundaram o tema e não apresentaram contextualização sobre as questões propostas, como demonstram os trechos a seguir:

Entrevistado nº 01: trabalha;

Entrevistado nº 02: sim;

Entrevistado nº 03: sim;

Entrevistado nº 04: trabalha;

Entrevistado nº 05: não lembra se trabalhava;

Entrevistado nº 06: sim, trabalhava. (Entrevistados em agosto de 2024).

De modo geral, as respostas foram bastante sucintas, e, mesmo diante de perguntas complementares como “como?” e “por quê?”, os estudantes demonstraram dificuldades em sistematizar e desenvolver suas ideias, como ocorreu em outras partes das entrevistas.

Em relação à pergunta “A Escola Incentiva a Cultura Local?”, os sete entrevistados responderam “sim”. Como todas as respostas foram positivas, analisamos que é importante ter um quadro de profissionais da comunidade que busquem ampliar a valorização da cultura em grandes aspectos.

No que diz respeito à pergunta “O que é território?”, temos as seguintes respostas:

Tabela 18 - O que é território?

Descrição	Quantidade
Não soube responder	2
Que é um lugar	2
Lugar de morada	2
Conhecimentos políticos sociais.	1
Total	7

Fonte: autoria própria

Segundo as pesquisas realizadas e as afirmações anteriormente mencionadas, o território é compreendido como um lugar de pertencimento. Essa concepção está diretamente relacionada à luta incansável pelo direito de residir há décadas nessas localidades, conforme relatado pelos entrevistados. O mesmo entendimento é compartilhado pelas lideranças e pelos sujeitos que atuam à frente dos movimentos de organização de base dentro do território pesquisado.

A questão “Como se ensina geografia?” tiveram as seguintes respostas:

Tabela 19 - Como se ensina geografia?

Descrição	Quantidade
Não soube responder	01
Estudo sobre os países	02
Estudo sobre poluição, lugar, pertencimento, área local	01
Não lembra como ensina	02
Conhecimento do Estado, conhecimento de fora para dentro.	01
Total	07

Fonte: autoria própria

A Geografia, no campo do debate educacional, especialmente no contexto das escolas quilombolas, ainda se apresenta muitas vezes restrita ao ensino conteudista, centrado apenas na disciplina em si. Observa-se que o ensino costuma priorizar aspectos como a divisão por países, regiões e formas de relevo, sem uma relação direta com a realidade vivida pelos estudantes.

Essa abordagem nos remete às reflexões do autor Antônio Bispo dos Santos (2015, p. 25-30), que, em suas análises, propõe uma leitura crítica do processo histórico e das povoações do Brasil, sistematizando comparações entre cor, território e relações de poder. O autor discute temas como invasão, documentos religiosos, bulas papais, cosmovisão, religiosidade, trabalho e manifestações culturais, convidando-nos a um debate ampliado sobre a formação histórica e social do país. Santos (2015) reflete ainda sobre os conteúdos organizativos e as regras instituídas por aqueles que governam, destacando que tais estruturas são segmentadas e tendem a limitar a compreensão integral do sujeito e de sua inserção no mundo.

Em relação à pergunta “Como se ensina a educação escolar quilombola dentro da escola?”, observamos os seguintes resultados:

Tabela 20 - Como se ensina a educação escolar quilombola dentro da escola?

Descrição	Quantidade
Trabalha	04
Ensina os princípios	01
Ensina as origens	01
Não trabalha	01
Total	07

Fonte: autoria própria

Percebe-se, portanto, que há avanços significativos na educação escolar quilombola, como destacou o entrevistado nº 07, estudante da escola pesquisada: “É como sempre falo várias realidades da comunidade e fazendo comparações da realidade de fora, interpretar ambas as partes (ENTREVISTADO Nº 07 AGOSTO DE 2024)”. O entrevistado compreende que é necessário estabelecer uma comparação entre a educação ofertada na cidade e aquela desenvolvida no território quilombola, para que os sujeitos possam refletir criticamente sobre as diferenças e especificidades existentes entre essas duas realidades.

A próxima pergunta diz respeito à convivência entre escola, família e educando, a qual teve as seguintes respostas:

Tabela 21 - Como é a convivência entre escola, família e educando?

Descrição	Quantidade
Boa	05
Ajudando uns aos outros	01
Não trabalha	01
Total	07

Fonte: autoria própria

Constata-se, a partir das respostas dos entrevistados, a existência de uma convivência harmoniosa entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar, marcada pela disposição para o diálogo e pela parceria entre todos os envolvidos. No entanto, alguns participantes chamaram a atenção para a mudança de comportamento de certos adolescentes, que têm demonstrado atitudes de desrespeito em relação à gestão escolar.

Para a questão “Você conhece a história de como iniciou o processo educativo da sua comunidade?”, os entrevistados deram as respostas que seguem na Tabela 22:

Tabela 22 - Você conhece a história de como iniciou o processo educativo da sua comunidade?

Descrição	Quantidade
Não soube responder	04
Sabe pouca coisa	01
Que conhece	02
Total	07

Fonte: autoria própria

Ao considerar as respostas dos moradores em comparação com as dos estudantes, é possível levantar uma importante reflexão. Observa-se que alguns entrevistados afirmaram já ter ouvido falar sobre a história da escola, enquanto outros demonstraram pouco conhecimento a respeito. Isso evidencia a necessidade de ampliar o estudo sobre o processo educativo, de modo que os estudantes possam conhecer e valorizar a história da instituição da qual fazem parte.

A respeito do que é um quilombo, os entrevistados responderam o seguinte:

Tabela 23 - O que é quilombo?

Descrição	Quantidade
Não soube responder	02
É uma comunidade	01
Um lugar	01
Um Território de direitos	01
Um espaço de luta	01
Total	07

Fonte: autoria própria

Assim, em relação à palavra “quilombo”, os entrevistados apresentaram diferentes compreensões: alguns a associam diretamente à comunidade; outros a relacionam à ideia de lugar; há ainda quem a entenda como um território de direitos. Parte dos entrevistados, contudo, associa o termo a sofrimento, influenciados pelas representações dos filmes que retratam essa realidade histórica.

O turno noturno da escola funciona com turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), totalizando duas turmas compostas por educandos e educandas moradores da comunidade, entre eles pais e mães de família, pescadores e trabalhadores locais. No período de 2021 a 2024, a EJA apresentou significativa expansão, pois tem garantido o acesso à escolarização àqueles que, por diferentes motivos, não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade apropriada.

Esse avanço pode ser observado na fala de uma moradora e estudante da EJA, que relata:

Eu acho bonito a participação na escola, referente a nossa, vejo reuniões, os movimentos, gosto de tudo, das brincadeiras, que as meninas fazem, gosto das professoras, da ginastica eu amo que elas fazem, há quem fala que não gosta das brincadeiras das professoras, eu farei toda força para receber um aparelho e com fé em Deus vou estudar. (ENTREVISTADA Nº06 AGOSTO DE 2024).

A fala da entrevistada demonstra que a oferta educacional, além de contribuir para a expansão do conhecimento, proporciona um ambiente dinâmico, marcado por movimentos, brincadeiras, estudo e união entre todos que compõem a gestão educacional.

O currículo escolar dessa instituição é orientado pelos conteúdos definidos pela Secretaria de Educação e construído de forma articulada com o corpo pedagógico. No entanto, ao chegar ao cotidiano da escola, esse currículo é reelaborado coletivamente pelos profissionais da unidade durante seus planejamentos, considerando as especificidades dos sujeitos que dela fazem parte e priorizando o desenvolvimento integral dos estudantes.

Consideramos não apenas os saberes curriculares previstos nas diretrizes, mas também todo o contexto histórico do educando, situando a vida escolar e comunitária de cada sujeito em suas dimensões familiar, social, cultural, organizacional e religiosa, entre outras.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, lançadas pelo Ministério da Educação em 2013, “currículo é o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais”.

Nesse sentido, a escola em foco nesta pesquisa vem buscando, dentro de seus desafios, aprimorar a gestão educacional e fortalecer suas práticas pedagógicas. As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, e complementadas pela Resolução de abril de 2008, apresentam ações e estratégias voltadas à valorização dos saberes camponeses, ao respeito às especificidades de cada comunidade rural e à promoção de uma educação contextualizada.

A Educação do Campo constitui, assim, uma proposta abrangente que visa à formação integral do homem e da mulher do campo, valorizando o espaço, o tempo e o modelo de currículo que dialoguem com as práticas e os saberes locais. Busca, ainda, mobilizar atividades campesinas que envolvam toda a família e contribuir para a construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

A valorização do homem e da mulher do campo, prevista nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, deve ser efetivada por meio de ações concretas, como indicam os documentos normativos. Desde 2008, observa-se uma mobilização crescente em torno dessa valorização; no entanto, o processo ainda é desafiador, uma vez que parte do próprio sistema de ensino e das bases comunitárias nem sempre compreende plenamente os objetivos da Educação do Campo.

Com frequência, observa-se a reprodução de um modelo de educação rural voltado para o meio urbano, em vez de uma proposta que valorize as práticas pedagógicas específicas do campo e os saberes tradicionais das comunidades rurais. Os movimentos sociais desempenham papel fundamental nesse processo, atuando desde a origem da Educação do Campo e lutando pela efetivação de políticas públicas que reconheçam as identidades e necessidades do povo camponês. Como afirma Adoue (2022, p. 182): .

O campo dos estudos sobre “movimentos sociais” constitui-se em torno a um objeto que distingue das lutas sociais levadas adiante por sindicatos de partidos. Ela dialoga com o autor Alain Tourane que acredita no novo movimentos sociais àqueles nos quais as reivindicações culturais teriam um

peso importante, distinguindo-os das lutas sindicais, nas que as reivindicações econômicas teriam importância decisiva. (Adoue, 2022 P.182)

Diante dessas afirmações, é necessário refletir sobre a luta e a organização social, compreendendo-as como expressões de um movimento coletivo. Ao tratarmos do movimento social do campo, reconhecemos a diversidade de identidades e características que o compõem, surgindo em diferentes estados e regiões, com objetivos que se transformam conforme as necessidades e demandas dos sujeitos envolvidos.

Nesse contexto, emergem as organizações de base nas comunidades, como a que vem sendo mencionada nesta pesquisa, cujo propósito inicial é conquistar e defender o direito ao território. Essas comunidades enfrentam processos de desapropriação promovidos pelo poder público, o que as leva a buscar novas formas de organização e de sobrevivência. Tal conjuntura evidencia a necessidade de uma luta coletiva e permanente pela resistência e pela efetivação de seus direitos.

Esses direitos constituem, ainda hoje, bandeiras centrais de luta, pois a comunidade em questão tem historicamente reivindicado uma educação que dialogue com os sujeitos de base, que valorize as pessoas que vivem no território e que assegure condições adequadas de infraestrutura, como estradas que garantam o direito de ir e vir da população.

Nesse sentido, Guimarães (2023, p. 206) afirma que:

Percebemos também a existência de outros problemas /conflitos que afetam os (as) moradores (as), são eles: a) as péssimas condições de tráfego da estrada que faz a ligação da comunidade para a sede do município e para a comunidade vizinha-o Barreiro Grande. No período chuvoso a comunidade fica praticamente isolada, pois a estrada fica intransitável; b) falta de atendimento básico a saúde, com a aposentadoria da agente de saúde que atendia a comunidade, os (as) moradores (as) ficaram desassistidos; d) ocorrência de queimadas que prejudicam a mata da área alagável da comunidade; e) a situação das lagoas que estão secas; f) a utilização de agrotóxicos nas lavouras (Guimarães, 2023, p. 206)

É fundamental que a sociedade tenha assegurado o direito às políticas públicas, a exemplo da saúde. No entanto, ainda nos anos de 2024 e 2025, verifica-se que há, em Serra do Ramalho, um quilombo que não possui acesso a atendimento médico em seu próprio território. Essa realidade evidencia a continuidade do processo histórico de exclusão e violência estrutural praticado contra a população negra e quilombola em nosso país.

O acesso aos direitos constitucionais tem sido, portanto, restringido. Para que tais direitos sejam efetivamente garantidos, torna-se necessária uma mobilização articulada entre

organizações sociais e movimentos populares, a fim de pautar e reivindicar as demandas urgentes dessas comunidades.

Notadamente, é visível que essa realidade ainda é gritante para sobrevivência econômica, a maioria sobrevive de maneira precária, sem estrutura financeira, com a força braçal, com péssimo acesso às políticas estruturantes de apoio financeiro para a produção. Vivendo de suas forças tradicionais de manejo e alguns benefícios sociais que o próprio governo oferece. Mas que, para o sujeito ter acesso, deve provar que sobrevive de forma desumana e precária, pois se o cidadão estiver em uma residência digna e com, pelo menos, um banheiro adequado e uma pequena casa com piso, eles deduzem que não há o direito,

Assim, há uma necessidade de uma educação voltada para os princípios educacionais dialogáveis, dando voz a cada cidadão de suas bases, para que dessa forma possam falar suas dores, bem como participar de um processo de ensino em seu currículo que valorize o lugar onde está cada sujeito.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) possui, aproximadamente, oito anos de existência e segundo informações dos levantamentos de dados, vem sendo construído com a parceria dos educandos, das famílias, da escola e da comunidade como o todo. Nele, está a caracterização da instituição escolar, seus objetivos, metas, metodologia de ensino, característica comunitária, histórico da escola, quadro de profissionais, sua missão, a formação dos profissionais etc., possuindo, assim, um embasamento voltado para diretrizes e resoluções que retrata como deve ser o ensino para os sujeitos inserido na referida escola.

Desse modo, a luta é para que seja colocado em ação o que de fato diz esses documentos, pois sabemos que as resoluções e leis são feitas, mas a execução delas é um desafio.

O Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada norteia como princípio e missão:

Em uma sociedade que prima pelo saber, levando em consideração a formação integral do ser humano, a Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima tem como missão formar cidadãos conscientes, dos seus direitos e deveres, proporcionando o desenvolvimento intelectual e emocional norteados por valores éticos e morais. Favorecendo a construção do conhecimento e o sucesso profissional, alinhado ao propósito de um pensamento crítico, ético, afetivo, humano, intelectual, moral, social, econômico e consciente do compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Tudo isso se dará por meio de atividades significativas e da pedagogia de projetos, buscando sempre estimular a autoestima, a criatividade e a diversidade dos envolvidos no processo educacional observando os valores ético e estético presentes em todos os conteúdos (Projeto Político Pedagógico, 2024, p.13)

Como mencionado, a escola tem, no seu projeto, a meta de alcançar uma educação integral, consciente dos seus direitos e também dos deveres para o desenvolvimento intelectual, mas há de se propor, primeiro, ações e estratégias para execução da tão sonhada diversidade, pois essa diversidade parece ser considerada pelo sistema de oferta de ensino apenas em respeito à consideração das questões tradicionais, visto que a escola ainda luta pela oferta de mais pedagogos para a execução de seus trabalhos. Assim, esse seria um dos desafios para a oferta de ensino nos quilombos. No que se refere aos indicadores educacionais, o Projeto Político-Pedagógico da escola apresenta um diagnóstico detalhado sobre o nível de escolarização. Percebe-se que há um nível de aprendizagem bastante significativo, especialmente se considerarmos que a comunidade escolar enfrentou dois anos de pandemia. Os estudantes demonstram interesse em ampliar seus conhecimentos, o que se reflete em um índice mínimo de desistência registrado na escola (Projeto Político-Pedagógico, 2024, p. 12).

A pandemia de Covid-19, entretanto, deixou diversas lacunas no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo nos territórios onde o uso da tecnologia representou um grande desafio. Nem todas as famílias dispunham de condições materiais e estruturais para acompanhar as atividades remotas, fato confirmado pelos diagnósticos realizados pelos profissionais das turmas.

Diante desse cenário, torna-se necessária a criação e o fortalecimento de projetos e ações pedagógicas capazes de minimizar as lacunas deixadas pela pandemia e promover a retomada da aprendizagem no território.

3.2 Como se trabalha a educação do campo nessa escola?

A escola pesquisada está localizada em uma área rural, inserida no contexto do campo. O termo “educação do campo” começou a ganhar destaque a partir de 2011, quando alguns moradores da comunidade passaram a participar do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), o que impulsionou novas discussões e práticas voltadas à valorização do território e dos saberes locais.

Nesse sentido, Bogo (2014, p. 195) enfatiza que:

Foram os movimentos de luta pela terra e, portanto, a organização de classe, que, a partir da década de 1980, começou a colocar a escola como prioridade na luta como conquista dos direitos e da formação da consciência. Isso fez com que se chegasse, principalmente, a partir do ano 1998, a exigir políticas para universalização do direito a educação e o governo respondeu com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Tal

programa propiciou a formação dos intelectuais orgânicos de extração camponesa, incluindo aí os assentados da reforma agrária e quilombolas, quando, com muito limites, passaram a frequentar alguns cursos de Licenciatura e, em menor grau, outras graduações. (Bogo, 2014, p.195).

Os estudantes que ingressam na UNEB passam a ter acesso a teorias que refletem os princípios de uma Educação do Campo, com conceitos e normativas que fundamentam a Educação da Base.

Embora a realidade da educação do campo já estivesse em curso, ainda havia pouco conhecimento científico sistematizado sobre o tema. Com o avanço dos estudos, o modelo de formação passou a ser estruturado de forma alternada entre o tempo escola e o tempo comunidade, o que possibilitou uma compreensão mais ampla sobre o significado da Educação do Campo à luz de seus conceitos e referenciais teóricos.

Por mais que se tivesse uma educação sempre pensada coletivamente, voltada à realidade local dos sujeitos, bem como às questões internas da comunidade como a Associação e a Igreja católica, sempre foi preocupante a relação entre escola e comunidade.

Partindo desse pressuposto, houve a importância de lutar para que moradores ocupassem o espaço para contribuir com a educação da comunidade. Por fazer parte desse território, mantivemos um olhar atento aos desafios que o sistema de ensino poderia impor à realidade local, incentivando as pessoas da comunidade a se qualificarem para atuar na construção de uma educação voltada às necessidades e potencialidades do próprio território. Desse modo, buscamos contribuir, nos relatórios, para o autorreconhecimento da comunidade certificada no ano 2012.

A partir disso, iniciou-se um olhar mais voltado para a educação local, promovendo a inserção de professores da própria comunidade no corpo docente da escola. Esse movimento representou o início de uma nova jornada educacional, pautada na valorização dos saberes locais e na compreensão da importância do planejamento pedagógico em conformidade com as leis que amparam a comunidade. Entre essas normas, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passou a vigorar com os artigos 26-A a 79-B, incorporando dispositivos voltados à valorização da diversidade cultural e étnica e ao reconhecimento das especificidades das populações do campo, indígenas e quilombolas.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional,

resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Brasil, 1996 p.01).

Porém, sabemos que a lei existe apenas nos livros, já que a educação é ofertada com base no tradicional: os livros não contemplavam a realidade local e os estudantes conhecem a história dos negros e afrodescendentes apenas narradas no processo que o sistema de ensino achava significativa. Como mencionado anteriormente, a instituição não tem acesso aos materiais didáticos.

Assim, com a Alteração da Lei, número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, houve a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O Estado, ao incluir no currículo escolar as especificidades relacionadas à temática étnico-racial, busca atender às exigências legais voltadas à valorização da história e da cultura afro-brasileira. No entanto, essa realidade ainda apresenta poucas mudanças efetivas, uma vez que, em muitas instituições, persiste a interpretação equivocada de que o trabalho com a temática afro deve ocorrer apenas em datas comemorativas, como o dia 20 de novembro.

Essa prática, embora simbólica, limita a reflexão crítica sobre os processos históricos de violência e exclusão, perpetuando uma visão reducionista do povo negro como sujeito restrito ao período colonial. As atividades desenvolvidas, muitas vezes baseadas em apresentações e encenações, acabam caracterizando-se pela falta de aprofundamento e de continuidade.

Nessa perspectiva, diversos grupos de pesquisa têm promovido debates sobre a temática, buscando ampliar a reflexão e contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais consistentes e comprometidas com a educação antirracista.

A Ação Educativa, instituída por volta de 1994, é uma associação civil sem fins lucrativos que atua na promoção de reflexões e práticas voltadas aos campos da educação, da cultura e da juventude, sempre com ênfase na defesa dos direitos humanos. A entidade mobiliza ações e atividades formativas voltadas a grupos de educadores e jovens, com o objetivo de fortalecer a realização dos direitos e a construção de uma sociedade mais justa e participativa. Desenvolve, ainda, pesquisas e métodos participativos, com o intuito de contribuir para a formulação de políticas públicas que estejam em consonância com as necessidades e interesses da população.

Sua função principal consiste em promover o fortalecimento dos direitos educativos, culturais e juvenis, difundindo valores de democratização, justiça social e sustentabilidade socioambiental no Brasil. Em um dos artigos publicados em seu site, intitulado *Juventudes Negras, Educação Escolar e a Lei 10.639/03*, os autores Jéssika Tenário, Marcelle Natias, Paulo Vitor Cardoso e Vanessa Cândida Lourenço apresentam uma reflexão e um chamado à autorreflexão sobre a aplicação e a efetividade da Lei 10.639/03. Segundo os autores:

A Lei 10.639/03, que prevê a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afrobrasileira e africana nas escolas de todo o país, é um importante conquista do movimento negro o enfrentamento das desigualdades raciais na educação, para o combate ao racismo e para a construção e fortalecimento de identidades negras que empoderam as diferentes juventudes presentes nos espaços escolares. Evidenciar os processos históricos e sociais nos quais as/os jovens negras/os inseridas/os e valorizar sua cultura e estética é um dos passos para superação do racismo na sociedade brasileira. A Lei 10.639 abre nesse sentido possibilidades para que esses aspectos sejam trabalhados dentro das escolas e revela a necessidade do combate as discriminações e violências racistas perpetradas dentro e fora do ambiente escolar contra a população negra no Brasil. (Brasil, 2024, p. 4).

Os autores argumentam que a promulgação da Lei 10.639/03 representa uma importante conquista do movimento negro, ao buscar minimizar as mazelas de uma sociedade historicamente desigual, especialmente no que se refere ao acesso ao conhecimento e à valorização da cultura afro-brasileira e estética negra. Trata-se de um avanço significativo em um contexto histórico marcado pela marginalização dos sujeitos negros e negras, aos quais também pertencemos.

Partindo da questão norteadora desta pesquisa, *Como se trabalha a Educação do Campo nessa escola?*, torna-se necessário, antes de tudo, compreender o que é, de fato, a Educação do Campo segundo suas bases teóricas. No marco normativo da Câmara de Educação Básica, o conceito é refletido e reafirmado como uma proposta de formação que reconhece os saberes, as práticas e as identidades dos povos do campo.

A Câmara da Educação Básica – CEB, no cumprimento do estabelecido na Lei nº 9131/95 e na Lei nº 9394/96 – LDB, elaborou diretrizes curriculares para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio, a educação de jovens e adultos, a educação indígena e a educação especial, a educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade norma. (Brasil, 2001, p. 1).

Os movimentos sociais se mobilizaram coletivamente para tornar possível esse processo. Em especial, os movimentos sociais do campo lutam por algo que ainda não se concretizou plenamente, um ideal que permanece em construção à medida que buscam realizar

suas aspirações históricas. Esses movimentos propõem transformações na ordem vigente, tornando visível, por meio de suas reivindicações cotidianas, tanto a crítica às estruturas instituídas quanto a defesa de uma educação escolar inclusiva e socialmente comprometida.

Nesses documentos, os movimentos sociais, com destaque o MST, justificam o quanto os sujeitos do campo têm sofrido com uma educação ruralista. O texto prevê mudanças significativas, pois a educação oferecida antes aos sujeitos do campo não incluiria normativas que contemplassem os povos com suas respectivas realidades, a escola era pensada apenas para produção e para o trabalho, não como uma preparação para o exercício de sua cidadania como cidadão brasileiro.

Ao analisar a citada lei, observa-se que os relatores apresentam um panorama histórico construído pela sociedade civil, pelos movimentos sociais e pelas parcerias institucionais, abordando temas como a Educação Rural nas Constituições Estaduais, a Educação e suas características regionais, a expansão da rede de ensino rural, a valorização do magistério e o ensino profissionalizante agrícola.

Além disso, o documento traz reflexões sobre o território da Educação Rural no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), destacando, inclusive, o poema de Pedro Terra (p. 23), que simboliza a resistência e a identidade dos povos do campo.

Dessa forma, a Educação do Campo passa a ter sua identidade defendida com base em experiências já consolidadas em escolas e programas que atuam no meio rural, como as Escolas Famílias Agrícolas (EFA), Casas Familiares Rurais (CFR), Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), Escolas de Assentamentos (EA), o Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM), as Escolas Técnicas Estaduais (ETE), as Casas das Famílias Rurais (CDFR) e o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CDEJOR).

Assim, segundo a Resolução CNE/CEB nº 02 de 28/04/2008, art. 1º:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida — agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros

Sendo assim, realizaremos um recorte voltado à Educação Escolar Quilombola, contexto no qual esta pesquisa se insere. Ao longo desse percurso investigativo, percebe-se que, embora muitos avanços tenham sido alcançados, ainda há aspectos que precisam ser revistos. A comunidade, como já mencionado anteriormente, encontra-se em situação de fragilidade,

sobretudo pela existência de diversas lacunas estruturais que comprometem o pleno desenvolvimento educacional.

Durante as visitas e os diálogos realizados com os moradores, observou-se que a educação tem apresentado progressos significativos; contudo, ainda há muito a ser repensado, especialmente no que se refere ao quadro da gestão escolar, composto majoritariamente por profissionais contratados de forma temporária.

Em consulta à Lei Municipal nº 570, de 26 de dezembro de 2023, observa-se que ela dispõe sobre a reserva de vagas para o provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal com lotação nos territórios quilombolas do município, incluindo a Comunidade de Água Fria. Trata-se de um avanço significativo, uma vez que essa legislação é fruto da iniciativa das lideranças comunitárias, em parceria com apoiadores e movimentos sociais que defendem os direitos das comunidades quilombolas.

Essa conquista representa um passo fundamental para o fortalecimento e a valorização dos territórios quilombolas, contribuindo para a ampliação das oportunidades e para a consolidação de políticas públicas voltadas à equidade e ao desenvolvimento local.

No artigo 1º dessa Lei garante que: os concursos públicos a serem realizados para o provimento de cargos com lotação nas comunidades Indígenas e quilombolas da rede pública municipal de Serra do Ramalho, BA observará as perspectivas e as especificidades dos povos indígenas e quilombolas de modo a ensejar a efetiva participação e a contribuição de tais povos no planejamento do processo seletivo, junto com poder público, observados os princípios constitucionais administrativos. (Serra do Ramalho, 2023, p. 1).

Nesse sentido, destaca-se a relevância dessa lei para o fortalecimento educacional do território, uma vez que o ensino ainda se apresenta de forma fragilizada, especialmente pela ausência de um quadro efetivo de profissionais responsáveis pela execução das práticas pedagógicas e pelo desenvolvimento de métodos adequados à realidade local. Embora tenha sido editada a resolução de 2023, o concurso público subsequente pouco favoreceu os territórios quilombolas.

O Edital nº 001/2024, apesar de especificar as vagas destinadas a esses territórios, não considerou as particularidades das provas discursivas, o que acabou prejudicando aproximadamente 97% dos candidatos quilombolas. Assim, o problema permanece no mesmo patamar, agravado pela usurpação de identidade, uma vez que pessoas negras de outras comunidades e cidades também concorreram às vagas destinadas aos quilombolas.

Outra questão pertinente a se refletir refere-se à necessidade de criar estratégias que aprimorem a organização do ensino. Segundo as respostas dos entrevistados, desde o início das

atividades educacionais na comunidade, o modelo aplicado tem se mantido multisseriado, o que reforça a urgência de repensar práticas pedagógicas mais adequadas ao contexto e às especificidades do território.

Atualmente, todas as turmas da escola são multisseriadas, desde o Ensino Infantil até os anos finais do Ensino Médio, bem como o ensino oferecido para jovens e adultos, isto é, o EJA (Alfabetização de Jovens e Adultos).

É importante salientar que apesar da educação ser ofertada de forma fragilizada, há melhoras no processo da educação, como podemos perceber nas falas a seguir.

Melhor bastante depois que os professores da comunidade iniciaram o trabalho (entrevistada nº29 agosto de 2024). Aos poucos está crescendo bastante, mesmo nossos filhos saindo para outros locais avançados, que tenha o ensino não oferecido aqui (ENTREVISTADA Nº 30 AGOSTO DE 2024).

Há, aproximadamente, oito anos os gestores municipais têm se preocupado em colocar pessoas da própria localidade para ministrar o ensino, visto que antes todo território sofria pelo desgaste de ter professores de fora da comunidade para ensinar.

Essa configuração do ensino nesse contexto traz vários aspectos negativos para a própria comunidade e para os educandos, pois as aulas eram ministradas sem a preocupação com o aprendizado que leve em consideração o contexto do campo. Essas são algumas das reflexões feitas pelos entrevistados durante as entrevistas.

Para os estudantes, a principal dificuldade tem sido acompanhar o cumprimento do currículo e dos conteúdos escolares, considerando que a maioria reside fora da comunidade e, por isso, não alcança a carga horária mínima exigida por lei, conforme relataram os moradores entrevistados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 24, inciso I, estabelece que “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”. Isso permite afirmar que, segundo os dados levantados na pesquisa, anteriormente essa carga horária não era devidamente contabilizada para todos os estudantes.

A seguir, serão apresentadas algumas falas de moradores da comunidade quilombola sobre o processo histórico da educação em seu território.

Tem que melhorar, porém já foi pior, só sei que deve melhorar, mas não sei explicar. (ENTREVISTADA Nº 01 AGOSTO DE 2024). Está bom por que quem foi do meu tempo, estudávamos em uma escolinha, atualmente professores são formados, ampliou o conhecimento, tem carro na porta, transportam os meninos e meninas, leva e deixa em casa, melhorou bastante,

as aulas na comunidade facilita e gera emprego dentro da comunidade. (ENTREVISTADA DE Nº 02 AGOSTO DE 2024).

Das falas acima, percebemos que houve evolução na questão educacional e os moradores almejam que amplie mais, principalmente a questão de infraestrutura, pois é algo que eles buscam, além do melhoramento do ensino em relação aos conteúdos ofertados.

Nas tabelas a seguir, observamos a avaliação dos entrevistados em relação ao processo histórico na educação do seu território.

Tabela 24 - Como você avalia o processo histórico na educação do seu território?

Descrição	Quantidade
Bom	20
Precisa melhorar	11
Mais ou menos	04
Ruim	0
Não souber responder	03
Regular	04
Não respondeu	04
Total	46

Fonte: autoria própria

A educação na comunidade avançou significativamente, não apenas dentro do território, mas também em todo o processo educacional. Embora ainda existam aspectos que necessitam de melhorias, os avanços são expressivos, sobretudo se comparados às épocas passadas, quando a privação do ensino era muito maior. Essa evolução pode ser observada nas falas dos entrevistados e entrevistadas, que relatam as transformações ocorridas ao longo dos anos.

Eu acredito que está melhor, cada vez mais e com ajuda do povo (ENTREVISTADA Nº03 AGOSTO DE 2024). acho que melhorou bastante e precisa melhorar (ENTREVISTADO Nº04 AGOSTO 2024). Está mudando o processo espero que continue mudando para melhor (ENTREVISTADA DE Nº 08 AGOSTO DE 2024).

Com o apoio aos moradores, garantido por lei, o ensino tornou-se mais acessível, e os avanços são notoriamente visíveis. A pesquisa possibilitou a participação em um momento de socialização e reflexão, realizado por meio de uma escuta com estudantes do Ensino Fundamental II, no ano de 2024. Essa socialização contou com a presença de educandos e educandas, profissionais da escola, professores, equipe gestora e equipe de apoio.

Segundo os profissionais entrevistados, os estudantes apresentaram dificuldades significativas no uso da internet e na compreensão das orientações do sistema de ensino.

Durante as atividades, surgiram diversas dúvidas e respostas confusas, resultantes da falta de compreensão de determinados conceitos abordados. Muitos educandos e educandas acabaram respondendo de forma equivocada, como se pôde observar na sistematização das informações coletadas.

É pertinente pensar em ações que contribuam para a integração de todos os membros da comunidade escolar, a fim de minimizar as demandas levantadas durante a pesquisa desde a ausência de declarações dos estudantes até a falta de um trabalho direcionado sobre a origem e a identidade de cada educando. Torna-se essencial fortalecer a participação de pais, estudantes, lideranças comunitárias e organizações locais na dinâmica escolar.

Destacam-se, entre as ações prioritárias, o aprimoramento do acesso à tecnologia e o apoio pedagógico aos adolescentes, considerando que a dificuldade de acesso aos recursos tecnológicos foi um dos problemas mais recorrentes apontados pelos entrevistados. Além disso, observou-se que alguns estudantes não se sentem acolhidos na escola, o que evidencia a necessidade de desenvolver práticas de fortalecimento do vínculo entre gestão, comunidade e famílias, com temáticas voltadas à valorização da escola e de sua função social.

Reconhece-se, assim, que a escola é um caminho de emancipação para os sujeitos. Há uma necessidade ampla de integração de ideias e esforços para a ampliação do saber, compreendendo o acesso científico, o pertencimento étnico e a valorização da identidade da comunidade. Questões como a merenda escolar, a oferta de materiais pedagógicos e a infraestrutura também precisam ser constantemente repensadas e aprimoradas.

O ensino não está. bom, nem ruim falta recursos (ENTREVISTADA Nº27 AGOSTO DE 2024). Melhorou com a inclusão de quilombola (ENTREVISTADA DE Nº 28 AGOSTO DE 2024). Boa com professores da própria comunidade (ENTREVISTADA DE Nº 29 AGOSTO DE 2024) melhorou os professores são da comunidade, antigamente os professores eram de fora havia muita falta nas aulas. Os jovens devem tomar coragem para estudar, formar, para os professores continuar sendo do território. (ENTREVISTADA Nº 40 AGOSTO DE 2024).

Nas respostas apresentadas, observou-se o reconhecimento de avanços positivos e o fortalecimento do apoio entre as pessoas do próprio território. Ainda assim, torna-se necessário ampliar os recursos destinados à educação, de modo a equilibrar a oferta e garantir a permanência dos moradores da comunidade, assegurando melhores resultados no processo educativo.

Os estudos sobre a estrutura da comunidade revelam que, em determinadas épocas do ano, o território sofre com inundações — as estradas de acesso ficam alagadas em períodos de chuva intensa e enchentes do rio. Essa situação fragiliza não apenas a entrada de visitantes, mas

também a mobilidade dos próprios moradores, dificultando o acesso às políticas públicas e aos direitos fundamentais.

Em diálogo com os profissionais que compõem a gestão escolar, verificou-se que, nas respostas sobre o conceito de Educação do Campo, a maioria associa o tema à valorização da cultura local. A seguir, apresentamos algumas das falas que ilustram essa compreensão.

É resgatar a história da população do campo, valorizar a cultura e contribuir para a garantia do direito a educação escolar (PROFESSORA DA EJA ENTREVISTADA DE Nº 01 AGOSTO DE 2024). Não é só uma educação voltada para as culturas da comunidade, mas voltada para valores de saberes culturais. (PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL I ENTREVISTADA Nº 02 AGOSTO DE 2024).

Nas falas apresentadas, as duas entrevistadas divergem quanto à conceituação da Educação do Campo, embora ambas reconheçam sua importância como base para a transformação social. Para a professora do Ensino Fundamental II, entrevistada nº 06, a Educação do Campo significa “nós, sujeitos do campo, valorizando nossos costumes, identidade e crenças, uma educação em que somos protagonistas da nossa própria história, com nossos saberes valorizados” (ENTREVISTADA nº 06, agosto de 2024).

A partir dessa fala, nota-se o desejo da profissional em promover uma educação que esteja em sintonia com a realidade do território, construída a partir dos saberes locais e do reconhecimento das identidades culturais da comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada permite refletir sobre a necessidade de estratégias e possibilidades concretas diante do contexto investigado, ainda em desenvolvimento, exigindo ações que contribuam efetivamente para a melhoria da realidade vivenciada no território em que foi realizada. É indispensável pensar em práticas voltadas à valorização das categorias analisadas, sobretudo da categoria *território*, cuja compreensão, entre os sujeitos da pesquisa, revela diferentes perspectivas. As pessoas mais velhas e os adultos demonstram compreender o território como o espaço onde estão inseridos, reconhecendo-o como lugar de pertencimento, enquanto outros destacam os avanços alcançados e as necessidades que persistem, especialmente a conquista da terra. Ressalta-se que a comunidade pesquisada ainda não possui sua área demarcada, o que dificulta a estabilidade e o reconhecimento dos direitos de seus habitantes.

Nesse sentido, reafirma-se a importância da efetivação das políticas públicas de acesso e da garantia do direito constitucional à demarcação e à titulação dos territórios quilombolas, que permanecem, em grande parte, apenas no plano do debate. Tais medidas são essenciais para assegurar a justiça territorial e o fortalecimento das identidades coletivas. É igualmente fundamental promover uma formação específica sobre a construção da identidade comunitária, alicerçada em conceitos e teorias que favoreçam a compreensão dos sujeitos enquanto protagonistas de sua própria história, marcada por costumes, cultura, resistência e trajetórias de vida singulares.

Com base nos estudos e análises desenvolvidos, compreende-se que o conhecimento deve ser concebido como um processo dinâmico, resultante da interação entre crenças, fatos, valores, práticas e saberes coletivos que se transformam ao longo do tempo. Sob essa perspectiva, torna-se necessário valorizar o processo cultural do território em foco, reconhecendo seu modo de vida, sua organização social, suas práticas de trabalho e ensino, bem como a resistência do povo que mantém viva a herança de seus ancestrais. Assim, o processo educacional precisa contribuir com as organizações locais para o fortalecimento dessa cultura, marcada por memórias, tradições e riquezas simbólicas.

No campo educacional, destacam-se avanços significativos no diálogo entre a educação formal e informal e na articulação entre a escola e a gestão pública. Contudo, torna-se imprescindível uma avaliação contínua das metodologias de ensino, dos conteúdos trabalhados e da didática adotada, de modo que a teoria e a prática estejam efetivamente contextualizadas.

Considerando que a escola é um espaço de formação integral física, intelectual e moral, é papel da pedagogia e da didática estimular cada sujeito a compreender a educação como um caminho para a emancipação e o crescimento pessoal e coletivo. A escola deve ser também um espaço de partilha, no qual cada integrante da comunidade possa contribuir com seus saberes, experiências e especificidades.

Reforça-se, portanto, a relevância das práticas pedagógicas contextualizadas para o fortalecimento da identidade quilombola e para a promoção de um desenvolvimento educativo emancipador. Diante da realidade do território quilombola de Serra do Ramalho, é essencial que a Educação do Campo incorpore as especificidades culturais, históricas e sociais da comunidade, de modo que o ensino valorize a ancestralidade e os saberes tradicionais, dialogando com o cotidiano dos sujeitos.

Conclui-se que a Educação do Campo no território quilombola de Serra do Ramalho deve pautar-se pela autonomia, pela valorização das raízes culturais e pelo compromisso com a justiça social. Somente assim será possível garantir uma formação que respeite a diversidade, fortaleça o empoderamento comunitário e promova uma educação de qualidade, contextualizada e transformadora, capaz de consolidar o direito à aprendizagem significativa e à plena cidadania.

REFERÊNCIAS

- ADOUE, Silvia. Las cadenas de extracción y los pueblos preexistentes. In: ADOUE, Silvia; PINASSI, Maria Orlanda; FÉLIZ, Mariano (org.). **Nuestra América en la encrucijada: pandemia, rebeliones y estado de excepción**. México: Incendiar el Océano, 2020, p. 101-111.
- BARBOSA, F. de A. **Metodologia científica: fundamentos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BOGO, Ademar. **Formação política: educação e militância**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 36/2001, de 4 de dezembro de 2001**. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2001. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE/parecer/2001/PCEB036.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília. **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias**; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. 164 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- GERALDO, Antônio. **Educação e cultura popular**. São Paulo: Cortez, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, Luiz Geraldo. **Comunidades tradicionais e sustentabilidade: desafios contemporâneos**. Curitiba: CRV, 2023.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**, n. 6-7, p. 41-49, 1985.
- OLIVEIRA, Eliana de; ENS, Romilda Teodora; ANDRADE, Daniela B. V. Freire; MUSSIS, Carlo Ralph de. Análise de conteúdo e pesquisa na área da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 4, n. 9, p. 1-17, 2003.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombo: modos e significados**. 2. ed. Brasília, DF: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa; Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCALON, Celi. **Classe social e desigualdade de renda**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SERRA DO RAMALHO (BA). **Lei nº 570, de 26 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre a reserva de vagas para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal com lotação nos territórios quilombolas do município. **Diário Oficial do Município de Serra do Ramalho**, Serra do Ramalho, BA, 26 dez. 2023.

VILLELA, F. F. Trabalho, história e saberes tradicionais no território caipira: fundamentos e possibilidades na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 63–80, 2019. DOI: 10.30681/2178-7476.2018.29.6380. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3888>. Acesso em: 12 maio 2024.

VILLELA, Fabio F. Cultura Ambiental no Território Caipira: História e Saberes Tradicionais das Mulheres do Noroeste Paulista. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, p. 323-350, 2016.